



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — Nº 77 — SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

GUERRA EM ANGOLA

Nesta edição:

- A COMISSÃO DELEGADA PROVISÓRIA DA F.P.L.N. DIRIGE-SE A EMIGRAÇÃO
Página 5
- AS COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO
Página 4
- GOVERNOS AMERICANOS RESPONDEM A DECLARAÇÃO DOS PORTUGUESES DA AMÉRICA
Páginas 3 e 8
- SOLDADO PORTUGUÊS DESERTA E PEDE ASILO AO BRASIL
Página 8
- PRISÃO DE INTELLECTUAIS EM LISBOA
Página 8
- MARIA LUISA COSTA DIAS EM INGLATERRA
Página 6
- A FARSA DO JULGAMENTO DE JOSÉ BERNARDINO
Página 6



Ao contrário do que afirma a propaganda salazarista, a guerra colonial de Angola continua. A visita da "pacificação" do presidente Fantoche Tomaz serviu apenas para demonstrar o oposto do que se pretendia provar. Durante a permanência em Angola do preposto de Salazar os combates em toda a região norte da colônia atingiram intensidade raras vezes verificadas nos últimos tempos. A imagem que publicamos é de um dos mais recentes encontros em que os elementos do Exército de Libertação Nacional de Angola enfrentaram as tropas portuguesas. Não são mais como se vê, os guerrilheiros armados de catanas e canhangulos. Como na Indochina, como na Argélia, é uma guerra antecipadamente perdida pelo colonialismo e pelo imperialismo. — (Leia na página 8).

Decorridos dez meses sobre a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, pode-se afirmar que a evolução do processo político português confirmou o acerto daquela importante iniciativa dos dirigentes democráticos quando estes se reuniram em Dezembro, algures na Europa, na Conferência de Forças da Oposição. Cumpre salientar, em primeiro lugar, que a decisão foi recebida no País com entusiasmo e esperança e no Estrangeiro com muito interesse. E havia razão para tal. A unidade das massas populares nas suas lutas económicas e políticas era de há muito uma realidade em Portugal; a unidade das forças políticas, indispensável para a condução vitoriosa da luta contra o fascismo, encontrou a sua expressão na FPLN. Nela estão hoje representadas as principais correntes políticas anti-fascistas, irmanadas por um objetivo comum: o derrubamento do governo fascista de Salazar e a instauração de um regime democrático.

As tarefas da Frente são múltiplas e de uma grande complexidade. Mas o trabalho já realizado é garantia de que as dificuldades a vencer para o seu fortalecimento estão longe de ser insuperáveis. A experiência dos últimos meses mostra que as conversações, as consultas e os acordos entre os vários agrupamentos e dirigentes democráticos contribuíram para a criação de um clima de confiança altamente favorável á realização das tarefas mais delicadas impostas pelo desenvolvimento da luta.

A Frente Patriótica realiza-se e justifica-se na acção. Como impulsionadora de uma unidade atuante em todos os setores da população, incluindo os mili-

tares e a emigração, o seu papel tem sido relevante, na busca das expressões legais e ilegais capazes de mobilizar o povo para acções anti-fascistas. De particular importância é o problema da organização de novas Juntas de Acção Patriótica e do fortalecimento e dinamização das já existentes sob a égide da Junta Central, á qual devem ser asseguradas condições que lhe permitam preencher cabalmente o seu papel dirigente. A constituição do Conselho Nacional é também uma das preocupações da hora presente.

Muita coisa falta, embora muito se tenha já feito, para que a Frente se transforme naquilo que todos desejamos. Cumpre dar-lhe uma ampla expressão nacional, através da criação de uma estrutura funcional adequada e eficiente. Para tanto necessita de um quadro de funcionários próprios, de meios para assegurar e aperfeiçoar os seus contactos e ligações de toda ordem, internos e externos, de condições materiais para a expansão dos seus serviços de imprensa e para ampliar essa admirável iniciativa que é a Rádio "Voz da Liberdade". Outro problema que requer solução urgente é o da Constituição definitiva da Comissão Delegada no estrangeiro.

Ora, é em ultima análise de cada um de nós, de cada democrata português, da sua compreensão, do seu patriotismo, da sua ajuda, que depende esse fortalecimento da FPLN e a sua transformação num poderoso instrumento de unidade e acção, cada vez mais adequado a dirigir a luta do nosso povo na via do levantamento nacional.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

DEZ MESES DEPOIS

Reflexões Sobre a Unidade Sobre o Trabalho Revolucionario nas Forças Armadas

I J. LOPES MENDES

Somos decididamente contrários a toda a espécie de messianismo político. A trilhada crença de que determinados homens predestinados dotados de virtudes excepcionais, são ou podem ser os condutores e criadores da história, não nos seduz. Opomo-nos, portanto à teoria do iluminismo dos "condottieri" e do Golpe de Estado. Cremos no factor humano; cremos na iniciativa criadora, na audácia. Mas não acreditamos sejam estes factores permanentes decisivos na evolução das sociedades, e muito menos factores revolucionários capazes de destruir um estado fascista e implantar um regime genuinamente democrático e popular. Tanto o messianismo como o golpismo têm uma origem de classe evidentemente conservadora e retrógrada. Pela sua origem social e formulação táctica, o "putchismo" e o messianismo não confiam nas massas, negam-lhes o papel de vanguarda, atuam fora delas ou contra elas. Antes da tomada do poder, adormecendo os impetus revolucionários, forjando ilusões sebastianistas nas massas, isolando os elementos avançados e progressistas do povo; logo, deixando intactas as estruturas sociais existentes e reprimindo todo o intento de as comover. A história dos golpes de estado, em qualquer país, comprova esta tese. Em Portugal, no Brasil, em França, na Alemanha estiveram sempre ao serviço das classes conservadoras, da contra-revolução, embora em alguns casos actuassem aparentemente na defesa da democracia e dos interesses da Pátria.

Como materialistas e revolucionários, defendemos e preconizamos que a acção das massas e a luta de classes, são a força motriz da História. Sabemos que a sociedade evolue e progride empurrada simultaneamente por factores materiais e pela acção dos homens, do conjunto dos homens, do povo. Mas o homem e o povo em si, separados da sociedade e dos vínculos classistas que os atam a ela, são só categorias lógicas, mera abstracção. O homem é rico ou pobre: burguês, labrego ou proletário. Pode ser um patriota ou um traidor. E o povo, encarado nacionalmente, é composto de todos: de burgueses e proletários, de heróis e de traidores, de fascistas e de não fascistas. De grupos sociais distintos e antagonísticos. O povo português é tudo isto.

A roda da História tanto pode ser empurrada por forças sociais interessadas no progresso da maioria da sociedade, no sentido da liberdade e da democracia, como pode ser manejada contra os interesses da maioria, em favor duma minoria privilegiada dentro da sociedade, contra a sociedade, contra a maioria do povo.

Por conseguinte, quando falamos do povo não queremos abarcar a todos os portugueses indistintamente, e menos quando falamos da Unidade. Não. Preferimo-nos concretamente à classe operária, aos camponeses, às classes médias, aos estudantes e intelectuais revolucionários, o patriotas da burguesia nacional e das forças armadas não comprometidos com o imperialismo e a ditadura, à maioria dos portugueses desejosos duma transformação radical da sociedade portuguesa. Por outra parte, as classes privilegiadas, os latifundiários e os capitalistas, os negreiros das colónias, as oligarquias fascistas, consideram-se também Povo, invocam o povo e se auto-proclamam defensores dos interesses do povo e da Pátria.

Por isso, quando falamos de acção popular, de unidade popular, não nos referimos ao povo em geral nem ao homem em geral senão a determinadas classes, sectores, grupos de homens directamente interessados, por uma causa ou outra, numa acção comum determinada com vistas a um fim concreto, revolucionário e patriótico. E quando propugnamos a Unidade não o fazemos para inglês ver ou com segundas e avessas intenções. Fazemo-lo unicamente obedecendo a uma convicção profunda, a um propósito revolucionário, animados do sincero desejo de cooperar, de dialogar, de lutar nas melhores condições possíveis, com todos os aliados possíveis, contra um inimigo comum, por um fim comum!

A unidade do povo, para que não seja um vulgar jôgo de palavras,

ligação rigorosas da realidade portuguesa, da sociedade portuguesa, dos sectores sociais afectados pelo regime e interessados na sua queda, no desaparecimento das actuais estruturas económico-sociais, na liquidação do fascismo.

Quais são essas forças? Com quem fazer a Unidade?

Se não é difícil diagnosticar quais os sectores da sociedade portuguesa afectados pelo regime fascista, o seu lugar e volume, já bem definidos pela Oposição democrática, é muito mais difícil encontrar e caracterizar, no entanto, os representantes políticos autênticos dessas correntes. Por isso, para uma melhor caracterização dessas correntes oposicionistas e da sua base social, permita-se-nos esboçar aqui, em poucas linhas, a fisionomia actual da sociedade portuguesa sob o fascismo, nos seus rasgos fundamentais.

A orientação económico-social da ditadura de Salazar baseia-se na exacerbção dos ressaibos feudais, no latifúndio, e na concentração da economia mercantil, do comércio exportador e importador, da indústria manufatureira, nas mãos de reduzidas oligarquias financeiras, aliadas do imperialismo, com a ajuda e cumplicidade do Estado Corporativo.

O regime fascista, impondo o sistema de planificação e contróle corporativos na agricultura, trouxe fabulosos benefícios para os grandes senhores da terra, condenou os camponeses médios e pequenos à monocultura patriarcal, sumiu-os na miséria e no atraso e engrossou duma forma nunca vista a legião dos sem terra, dos assalariados agrícolas.

A indústria seguiu o mesmo rumo centrípeta e monopolista, ao concentrar a riqueza extrativa e manufatureira nas mãos, ora de grupos financeiros nacionais ora abrindo as portas à gula desenfreada dos consórcios imperialistas estrangeiros, particularmente norte-americanos, ingleses e alemães.

A pequena burguesia, os pequenos industriais, a parte da burguesia nacional progressista, foram seriamente lesadas pelo centralismo corporativo e monopolista e pela penetração competitiva e absorvente dos consórcios estrangeiros. Parte destas camadas sociais intermédias viram-se impelidas a engrossar as hostes do proletariado.

A classe operária entretanto, principal criadora de riqueza mas inimiga potencial da ditadura, pela natureza compulsória e parasitária do regime, foi a que sofreu maior número de restrições, penúrias e perseguições. Sendo, pela situação peculiar que ocupa na sociedade e na produção, a força mais dinâmica e pujante, a mais revolucionária, foi, por isso, também, desde o princípio, despidamente encadeada à estrutura corporativa através das algemas dos sindicatos nacionais, e privada de todos os direitos, expoliada e castigada.

Do mesmo modo, foram espoliadas pela burguesia nativa e pelo imperialismo, as massas proletárias e escravas das colónias ditas portuguesas.

Dissemos que era fácil caracterizar os sectores afectados pela ditadura. De facto assim é, com esta ligeira síntese, talvez demasiado esquemática, demos resposta à primeira interrogação. Resta-nos a segunda, fá-lo-emos no próximo número.



A evolução do processo político português não justifica hoje de nenhum modo o pessimismo manifestado por alguns democratas. No que concerne à organização e actividade das forças que se unem para a derrubada do fascismo, imensos progressos foram realizados. A própria intensidade, eu diria mesmo o calor com que certas divergências principiam a ser debatidas constitui um início positivo. Anos atrás, havia apenas uma esperança sem horizontes e um dispêndio generoso de energias que em muitos casos resultava estéril devido ao marcado individualismo das acções empreendidas. A situação, agora, é diferente. Nunca a determinação de derrubar o fascismo foi tão firme entre as massas. Superando pequenas e grandes divergências, os democratas portugueses encontram-se unidos numa ampla FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. Nada mais natural, portanto que o debate adquira uma profundidade e uma vivacidade a que não estávamos habituados. A vizinhança das horas históricas que se aproximam e a necessidade de se tomarem muitas e importantes decisões geram um diálogo diferente entre as várias correntes democráticas em confronto. Elas assumem as suas responsabilidades e estas são cada vez maiores, na medida em que a complexidade dos problemas e das tarefas a discutir e resolver se acentua por força da própria desagregação do regime e das perspectivas de vitória que se abrem ao povo português. Quanto mais amplo, intenso e franco for esse debate tanto melhor servirá a causa comum da Libertação de Portugal do fascismo. Será em grande parte merecedora e através dele que a unidade se transformará progressivamente, em todos os campos, de formal em actuante. Aliás, se muitas das divergências que surgem — principalmente em torno da questão magna do levantamento nacional — só podem ser resolvidas mediante um esforço persistente e do reforço dos laços de confiança mútua, outras são mais imaginárias do que reais, originando-se inclusive em questões puramente terminológicas.

É frequente, por exemplo, ao por-se a nota sobre a necessidade de elevar a organização a um nível superior, ouvir-se de muitos democratas que essa fase se encontra superada e urge, isso sim, "passar à acção". E contudo a irreduzibilidade de tal desacordo pode ser mais aparente do que real. Vejamos. Determinadas tarefas que para uns são ainda e eminentemente de ordem organizativa só teriam para outros cabimento no âmbito de um plano táctico geral visando à preparação da insurreicção armada. Ora, importa muito mais que se chegue a acordo quanto à natureza e ao modo de realização de certas acções anti-fascistas do que à sua qualificação e integração dentro desta ou daquela linha política.

O caso do trabalho revolucionário a realizar nas Forças Armadas constitui talvez o exemplo mais expressivo do tipo de actividades susceptível de assumir rapidamente uma profundidade e uma eficiência consideráveis desde que todos os democratas com responsabilidades na condição da luta libertadora se disonham a renunciar a certas subtilidades formais a que se apega às vezes. Não insistimos, por inútil, no fato de se tratar de uma questão-chave. Entre o povo português são hoje felizmente poucos os que colocam as suas esperanças no exito de um golpe militar capaz de gerar um levantamento geral. A experiência ensinou já que a espontaneidade nas acções revolucionárias do Exército não passa de um mito — e um mito cuja primeira vítima é o próprio movimento anti-fascista através do enfraquecimento ou liquidação das posições revolucionárias no seio das Forças Armadas. O único caminho válido para a derrubada do regime é a insurreicção popular cujo desenvolvimento vitorioso nos prescinde da neutralização ou adesão das Forças Armadas. A existência de uma poderosa ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONARIA MI-

LITAR surge assim como elemento fundamental no processo de liquidação do fascismo salazarista.

É por demais conhecido que um ponderável sector da Oposição unificada discorda de toda a iniciativa que possa estimular a mentalidade golpista, da mesma forma que não aceita soluções aventureiras como o terrorismo ou a actividade de grupos de "acção directa". Não significa isso que seja impossível atacar e enfraquecer o regime de modo decisivo, minando-lhe a base de sustentação mais vulnerável cujo apoio lhe é indispensável para sobreviver: as Forças Armadas. Os patriotas mais impacientes, aqueles que acabam por se condenar à inactividade justamente por querearem começar pelo fim, não devem perder de vista as possibilidades de trabalho — imediato e profícuo — oferecidas por esse campo vastíssimo e fertilíssimo. A criação de uma ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONARIA MILITAR supõe, sem dúvida, a existência prévia de uma organização superior, funcionando ao nível dos que orientam a luta e tomam as decisões. Daí o absurdo dos que clamam pela "acção directa" e consideram mera retórica a insistência na tecla da organização. Se lhe colocarem o carro adiante, os bois não podem puxá-lo... A organização não é uma figura abstracta, pre-existente. Importa criá-la e, depois, aperfeiçoá-la. Logo que principia a atingir uma fase superior, desentranha-se automaticamente em iniciativas concretas e fecundas.

No caso das Forças Armadas, há muita, mas mesmo muita coisa que pode ser empreendida com exito se todos os partidos, agrupamentos e individualidades hoje reunidos no seio da Frente Patriótica de Libertação Nacional se decidirem a dar à criação da ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONARIA MILITAR o impulso que transforme a aspiração em realidade. Importa reunir o mais rapidamente possível numa meada os fios dispersos. A esmaçadora maioria dos membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ao nível das praças, dos sargentos e oficiais subalternos é constituída de elementos que experimentam como todo o povo português (e eles são povo) um sentimento de profunda repulsa pelo fascismo. São, portanto, bastante permeáveis à propaganda revolucionária e às suas palavras de ordem. Muitos, uma vez conquistados para a causa de levantamento nacional, mediante um trabalho inteligente, transformar-se-ão por sua vez, em quadros capazes de assegurar a continuidade e a boa execução das tarefas de esclarecimento e captação dos seus camaradas.

Entretanto, nenhum partido ou agrupamento, só por si, reúne hoje as condições mínimas imprescindíveis à criação em bases sólidas da ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONARIA MILITAR. Mas se todos fizerem convergir seus esforços nesse sentido, os resultados não se farão esperar. Os soldados e sargentos patriotas, sejam eles católicos, comunistas, socialistas — ou ainda abertos a outras tendências anti-fascistas — se unirem os seus quadros militares numa organização revolucionária comum assegurarão quase imediatamente a esta um poder considerável em relação ao conjunto das Forças Armadas.

A intensa espionagem existente nos quartéis, as transferências constantes dos elementos suspeitos, a violência da repressão e a pouca permanência nas unidades criam, bem sabemos, dificuldades ingentes ao trabalho revolucionário a desenvolver em tal ambiente. Mas essas

MIGUEL URBANO RODRIGUES

dificuldades não são insuperáveis. Até porque, dia a dia, os factores propícios à generalização de uma autentica mentalidade revolucionária entre as Forças Armadas fazem sentir o seu peso, crescente, avultando entre todos a revolta contra a guerra colonial.

Daí a nossa esperança de que a ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONARIA MILITAR seja em breve uma realidade magnífica, com uma rede cujas malhas cubram toda a área abrangida pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica. O assunto vem, como não podia deixar de ser, merecendo a atenção da Frente Patriótica de Libertação Nacional e da Junta Central da Acção Patriótica. Como democrata emigrado, permitimo-nos formular o desejo de que ele se transforme em tema de amplo debate numa próxima Conferência de dirigentes de forças anti-fascistas. Aí estarão representadas precisamente as correntes políticas cujos seguidores constituem a quase totalidade dos elementos politizados das Forças Armadas. Realizadas as condições imprescindíveis à estruturação e funcionamento de uma ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONARIA MILITAR digna desse nome, não tardariam a verificar os impacientes e os cépticos que a organização engendra a acção.

Os levantamentos de rancho, a sabotagem esporádica do material de guerra, os protestos e atos de indisciplina logo reprimidos, os choques nos cais de embarque para as colónias, as deserções, e outras manifestações, heroicas mas isoladas, que hoje reflectem o descontentamento e a revolta que lavram nas Forças Armadas, assumiriam então o caracter orgânico e sistemático de iniciativas planeadas e diversificadas de acordo com o character e as necessidades da luta. Essas acções em cadeia seriam tanto mais desmoralizadoras para o regime quanto estimulariam grandemente o ascenso do movimento democrático, criando as condições mais favoráveis para as massas se lançarem ao assalto do poder, na certeza de que, na hora decisiva, os soldados revolucionários ajudariam a insurreicção a sair vitoriosa.

Apelo da F P L N

Em circular datada de Setembro, a Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional lança um apelo a todos os democratas portugueses residentes nos países onde se dirige a nossa emigração para que lhe prestem o seu apoio material efetivo e regular.

Depois de salientar que as despesas dos "bureaux" da Frente atingem já uma verba apreciável, a Comissão lembra que as importantes tarefas a realizar exigirão brevemente recursos dez ou vinte vezes superiores. "Não vos colocamos — diz-se — um simples problema de angariação de donativos. Pedimos-vos um esforço de apoio financeiro organizado sistemático, de modo a serem obtidas receitas periódicas com uma regularidade e garantia que permitam planear e manter uma actividade normal satisfatória".

As importâncias recolhidas em cada nucleo português ou em cada organismo unitário devem ser remetidas mensalmente ao Bureau de Argel, 118, Boulevard du Télémy, 5, em nome de Manuel Tito de Moira.

"A VOZ DA LIBERDADE"
Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional
Todos os Sábados:
20,15 — Hora do Brasil
0,15 — Hora de Portugal
Em ondas médias na faixa dos 320 metros
Em ondas curtas na faixa dos 25 metros

Nolas e comentarios

A Nova LUFTWAFFE em Portugal

Um personagem que não esconde a sua admiração pelas façanhas militares do III Reich e pela figura do seu chefe esteve o mês passado em Portugal, onde foi recebido por Salazar com as mais calorosas demonstrações de apreço: o sr. Volkmar Hopf, subsecretário de Estado da Defesa da Alemanha Ocidental. Esse enigmático homem público, cujas posições belicistas preocupam o próprio alto-comando da OTAN, foi a Lisboa, acompanhado de numeroso sequito de técnicos militares, para receber das mãos do governo fascista português um presente régio: os acordos que autorizam doravante as forças aéreas alemãs a dispor a seu bel prazer do território nacional. Em discurso a que a imprensa salazarista deu o maior relevo, não se esqueceu o sr. Hopf de acentuar que "em muitos campos temos as mesmas opiniões, as mesmas atitudes e sentimentos como o governo português". Em linguagem comum, pretendia o ministro nazi lembrar que Bonn continua disposta a sustentar o colonialismo português e tem motivos para estar grata a um governo que vem vendendo o próprio país a retalho aos grandes monopólios germano-ocidentais. Oficialmente, as Forças Armadas alemãs passam a gozar em Portugal de "facilidades de treino e logísticas". Na prática, o acordo significa que a nova Luftwaffe foi autorizada a realizar em Portugal o tipo de treinos e demonstrações que nem na própria Alemanha, por motivos ligados à tranquilidade das populações, ela pode levar a efeito. Os militaristas e revisionistas alemães estão evidentemente eufóricos. Mas Salazar não o está menos. Imagina o de crepito ditador que a presença dos pilotos nazis na grande base aérea de Beja e os vãos ranzantes dos modernos jatos da Luftwaffe sobre as cidades e campos de Portugal constituirão um fator psicológico suficiente para manter as massas quietas, moderando ou anulando os seus ímpetos revolucionários. Engana-se, porém, redondamente. Nada deterá o povo português no caminho do levantamento nacional. E muito menos as ameaças de intervenção estrangeira. Salazar e os seus amigos de Bonn não aprenderam pelo visto as lições de Cuba, da Coreia, do Vietnã, do Laos, da Argélia e tantas outras. O que os imperialismos francês e americano não obtiveram pela guerra quente não o conseguirão em Portugal o imperialismo alemão através dos seus entendimentos com Salazar. Com alemães ou sem alemães o fascismo será derubado. — M.U.R.

Uma Vitoria

Depois de ter permanecido cega de quatro anos e meio nas prisões de Salazar, donde saiu gravemente doente por falta de assistência médica adequada, depois de ter sido submetida dia e noite, durante vários anos, à criminosa vigilância da PIDE, Maria Luísa Costa Dias Soares, cujo único "crime" é ser esposa dedicada do dr. Pedro Soares, foi arrancada às garras da polícia fascista e encontra-se presentemente em Londres. Agradecendo, em carta que publicamos nesta edição de "P.D.", Maria Luísa Costa Dias fá-lo em nome dos presos políticos a todos aqueles que dentro e fora de Portugal lutam pela sua libertação, e acrescenta: "nada do que vos dignardes fazer em seu favor se perderá nunca, conforme o demonstra a minha presença junto de vós".

As suas palavras representam para todos os democratas portugueses e de todos os povos do mundo um chamamento e um estímulo — um chamamento ao nosso povo e à opinião pública mundial para que intensifiquem cada vez mais o movimento de Anistia e a luta contra a repressão, um estímulo que é o exito obtido pela campanha para

a sua saída de Portugal. A vitória alcançada é um triunfo da luta pela Anistia, é a consequência direta dos protestos da família, do povo português e da solidariedade internacional. O salazarismo, agindo como Estado policial que é, não cedeu — foi obrigado a ceder. O governo fascista tem vindo a sofrer a pressão incessante das reivindicações populares pela Anistia. Desde as grandiosas manifestações de rua, em que centenas de milhares de portugueses reclamam a libertação dos presos políticos, até às reclamações, protestos e petições assinadas por democratas de todas as correntes de opinião, tem-se desenvolvido uma agitação constante e crescente contra a repressão. No plano internacional, um poderoso movimento de solidariedade, tem mobilizado o apoio dos povos de todo o mundo que condenam resolutamente as violências e crimes da ditadura de Salazar e exigem o fim do regime de terror em Portugal. O dique à repressão só é possível graças à intensificação destes movimentos.

A saída de Portugal de Maria Luísa Costa Dias demonstra que insistindo nas reclamações e alargando-as cada vez mais, novas vitórias serão alcançadas. Se tivermos a compreensão de que a luta contra o fascismo encontra na luta contra a repressão e pela Anistia uma frente essencial, se soubermos mobilizar as forças democráticas do mundo para que intensifiquem o desmascaramento e o isolamento do regime de Salazar e auxiliem as vítimas da repressão fascista, estaremos percorrendo o caminho que nos conduzirá a novos exitos e consequentes derrotas do fascismo. Estaremos contribuindo para que o povo português, apoiado pelos povos do mundo, alcance a liberdade!

A.B.F.

Intransigencia mas não tanta

O ministro do exterior do governo salazarista iniciou, conversações, no dia 19 de outubro, numa das salas privadas do secretário geral das N.U., com os chefes das representações diplomáticas de nove nações africanas sobre o problema colonial português.

Concretamente, o ministro de Salazar pretende fazer a prova da amplitude dos direitos civis e políticos de que, segundo a tese salazarista, gozam os povos das colónias portuguesas; e os políticos africanos seus interlocutores pretendem intrair-se da forma por que, na esfera de tais direitos, se poderá efetivar o direito de autodeterminação daqueles povos.

Não chegou ainda a hora dos monopólios internacionais e nacionais que ditam a atual política colonial portuguesa mudarem de tática e abrirem mão da independência das colónias portuguesas. A intransigência marcada pelos últimos pronunciamentos públicos de Salazar e de outras personagens do regime não deixa dúvidas a este respeito. E nenhuma dúvida pode, por conseguinte, subsistir acerca da ausência de resultados concretos e construtivos das conversações que, no momento em que escrevo, estão a ter lugar nas N.U.

Fica, no entanto, como irreversível, o próprio fato da realização dessas conversações, que dois ou um ano atrás teriam sido inconcebíveis.

Que conclusões devem ser tiradas? Em primeiro lugar, que — por mais que pese aos democratas idealistas, que gostariam de poder dizer aos nacionalistas africanos: negociações, só comosco! — tanto os dirigentes das organizações nacionalistas das colónias portuguesas como os Estados africanos seus amigos encaram, e muito justamente, a possibilidade de negociações com o governo salazarista.

Em segundo lugar, que a intransigência da política salazarista em face das colónias é mais aparente do que real, pois que — embora agarrada ainda às coordenadas básicas de 1961 — mostrou-se já capaz de evoluir, na prática, para o caminho que seria ou será o de um salazarismo sem Salazar: negociações, conquante animadas de pro-

pósitos dilatatórios e do despejo de substituição da verdadeira independência nacional das atuais colónias pela autodeterminação política das minorias brancas locais.

Para a Oposição portuguesa, a conclusão mais importante a tirar, em face das que ficam expressas, é que nem a permanência do fascismo em Portugal conduz necessariamente à insolução do problema colonial (pelo menos em termos que tornem a situação explosiva para o dia seguinte) nem a permanência do statu quo colonial leva forçosamente à destruição mecânica do salazarismo.

Isto significa que a Oposição não pode passivamente esperar os resultados auto-destrutivos da política reacionária do governo de Salazar. A ela cabe, ao contrário, a iniciativa. Iniciativa, no interior, do derrubamento do fascismo; e iniciativa, no exterior, de uma política de anti colonialismo ativo, que saiba prestar às organizações nacionalistas das colónias todo o auxílio que estiver nela prestar-lhes.

M.S.

A Situação dos Jornalistas em Portugal

Publicamos abaixo o texto da mensagem dirigida pela Comissão Delegada Provisória da FPLN ao III Encontro Internacional de Jornalistas recentemente realizado em Argel.

"Esta mensagem que a COMISSÃO DELEGADA PROVISÓRIA DA FRETE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, de Portugal, dirige aos jornalistas vindos das cinco partes do mundo para o seu III Encontro Internacional tem um acento amargo e estranho. É a mensagem de uma organização de unidade anti-fascista e anti-colonialista, é a mensagem de militantes políticos e jornalistas profissionais. Lamentamos que não se já um jornalista português a dirigir-vos a palavra, a falar-vos dos problemas da sua profissão e do nosso povo.

Mas, em Portugal, os jornalistas não têm direito de associar-se livremente. O seu sindicato é um sindicato fascista. Há trinta e sete anos que a imprensa portuguesa está amordaçada. O governo fascista de Salazar estabeleceu a censura. O governo dirige e controla severamente a iniciativa da publicação de novos jornais, mesmo jornais e revistas literárias. O governo fascista interditiou muitos jornais quando o ditador Salazar subiu ao poder. E não apenas jornais operários e órgãos de partidos políticos, mas igualmente jornais e revistas culturais e literárias foram proibidas. O governo impediu a circulação de muitos jornais estrangeiros, franceses, italianos e ingleses. E a tornar ainda mais aviltante o nosso isolamento, a imprensa de língua portuguesa publicada no Brasil não tem praticamente entrada no nosso país.

Dado, que o Sindicato Nacional dos Jornalistas foi criado no quadro do Estado Novo de Salazar, é portanto um sindicato fascista, sem estruturas democráticas, sem autonomia nem liberdade: não é representativo, não defende os interesses profissionais e morais dos jornalistas. Os jornalistas portugueses sofrem o tormento de ver os seus originais cortados pelo lápis azul da Censura. Conhecem a fundo a inibição terrível de não poder dizer a verdade, de não poder oferecer ao público uma informação objectiva. Grande número de jornalistas portugueses foi obrigado a abandonar a sua profissão a tomar o caminho do exílio ou a sofrer a prisão, e a deportação como é o caso de Jaime Brasil, David de Carvalho, Paulo Braga, Manuel de Azevedo, Jorge Reis, Alvaro Salema, Manuel Alpedrinha, Urbano Rodrigues, José Tengarrinha, Marcelino Mesquita, Carlos Veiga Pereira, Miguel Urbano Rodrigues, Paulo de Castro, Victor da Cunha Rego, Maria Archer, Armindo Blanco, Raul Rego, José Ribeiro dos Santos, José Antonio Machado, Mário Salgueiro.

É este sumariamente e esboçado o panorama da atividade jornalística num país dominado pelo terror fascista, em que as liberdades civis, políticas e sindicais foram suprimidas:

Ao Terceiro Encontro Mundial (Conclue na pág. 7)

Repercussão de uma iniciativa

O documento endereçado pelos democratas portugueses da América aos Povos, Governos e Parlamentos do Novo Continente denunciando a política colonialista do fascismo português e solicitando o apoio das nações americanas para a Idéia da realização de um plebiscito sobre a política colonial de Lisboa, encontrou a mais ampla receptividade. Além da grande divulgação que obteve em muitos países nas colunas da imprensa, o apelo em referência mereceu a atenção de alguns governos latino-americanos. Foram várias as respostas recebidas pela Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa. Ente elas permitimo-nos destacar os officios emanados da Presidência da República de três das principais repúblicas do Continente: a Colômbia, a Venezuela e o Perú. No caso concreto da Colômbia, o secretário da Presidência informava que o chefe do Estado lera com toda a atenção o documento e estudaria o assunto diretamente com o Ministro das Relações Exteriores.

Em Portugal, semanas depois, foi também empreendida uma iniciativa com o objetivo de levar o governo a realizar um plebiscito sobre a sua política colonial. Coube a mesma ao grupo de liberais que vem realizando diligências no sentido de obter a legalização para a chamada Ação Democrática Social.

O General Delgado e a Questão Colonial

O general Humberto Delgado, nas vésperas da instalação da XVIII Assembléia Geral das Nações Unidas, enviou ao embaixador Araújo Castro, ministro das Relações Exteriores do Brasil a carta que abaixo reproduzimos. Datada de 15 de setembro, essa carta é do seguinte teor:

Excelência:

Em nome da Oposição Portuguesa renovo meus cumprimentos a Vossa Excelência pela posição tomada no assunto hoje universal — colónias — ao defender, segundo a imprensa do dia 13 p. p., a descolónização pacífica. Concordam suas palavras, Excelência, com o ponto de vista da Aposição Portuguesa, o que vem sendo expresso, e dinamicamente refinado, desde o dia 5 de Outubro de 1960, cincoentenário da implantação da República. Declarei então ao Mundo que defendíamos o princípio da autodeterminação dos povos coloniais, e logo em dezembro de 1961 esclarecia este princípio aceitando com ele todas as inerentes consequências. Fio em entrevistas dadas à imprensa marroquina e norte-americana em Casablanca, e em reunião que tive com nacionalistas das colónias portuguesas, em Rabat.

Finalmente dentro da honestidade mental que rege a Oposição a que presido, em conferência efectuada algures na Europa em fins de dezembro de 1962, ainda fomos mais longe e declaramos as agências que defendíamos o cessar fogo. Relembrar estes factos pode acaso ajudar Vossa Excelência, o departamento político do Ministério e a representação brasileira na ONU, já que, por mais que o Governo Português queira degradar-me (apesar da minha longa carreira ao serviço não rotineiro, da minha Pátria), na verdade eu represento, segundo os cálculos da Oposição em 1958 (farsa de eleição presidencial), pelo menos 75% da população e, segundo a "contagem" que o Governo Português nos proibiu que verificássemos ao ponto de nem serem autorizados representantes meus nas mesas (!!!) representarei os 25% que o Governo me atribuiu, por não poder dar-me zero votos perante o plebiscito que as manifestações populares apresentaram.

As declarações de Vossa Excelência assumem ainda maior importância, além da intrínseca, quando se verificam certos aparentes paradoxos no meio brasileiro. Por exemplo: ao mesmo tempo que alguns querem fazer crer que eu não posso ter atividade política no Brasil — apesar de o protocolo da Conferência de Caracas dizer exatamente o contrário — um jornal brasileiro, profundamente ligado ao fascismo português, sobre publicar tudo que de infamante contra mim lhe enviem elementos ao serviço direto ou indireto da PIDE, val mais longe e, em carta do seu correspondente em Lisboa, lança estranho aviso contra mim. Assim, anuncia aos leitores que o meu nome figura no rol dos que vão ser liquidados, isto é, assassinados, pela associação secreta formada em Lisboa por fascio-colonialistas e designada por Centuriões. A causa seria eu atacar a política obsoleta colonialista, do chefe do Governo Português.

Vivendo eu num país soberano, a século e meio de distância da chegada de D. Maria I. A Louca, é realmente estranho que um jornal, e importante, trate da ameaça como um "fait divers".

Desnecessário é dizer que estou à disposição de Vossa Excelência e seus serviços. Não seria a primeira vez que um Ministro de Estado do

Brasil se dignaria, espontaneamente, querer ouvir-me.

Permitirá Vossa Excelência que não feche esta carta sem relembrar comovidamente meus correligionários, asilados na Embaixada do Brasil em Lisboa, que anseiam pela solução de seu caso.

Dignar-se-á, Excelência, aceitar a expressão de nossos respeitosos cumprimentos, Pró-Pátria, Pró-Liberdade

Gen. HUMBERTO DELGADO

Angola é nossa?

Os E.U.A. foram os maiores importadores de produtos de Angola em 1962, com 24,91% do total da exportação da colónia, seguidos por Portugal (20,05%), Grã Bretanha (14,83%), Holanda (10,74%), R. F. Alemã (7,74%) e Congo (2,85%). Portugal foi o maior exportador (41,41%) seguido da Grã Bretanha (12,07%), E.U.A. (8,29%), República Federal Alemã (40,02%) e Bélgica (3,71%). As principais exportações de Angola foram o café e os diamantes e as principais importações foram têxteis e vinhos. O total das exportações para os E.U.A. e a Grã Bretanha excede o valor das importações feitas de Portugal. Angola tem uma balança comercial positiva, contrariamente a Portugal.

(Do "Relatório de 1962 do Banco de Angola")

O Natal do preso político

Uma vez mais, Salazar obriga os portugueses do Brasil a promoverem o Natal do Preso Político. Nunca a já tradicional iniciativa de PORTUGAL DEMOCRATICO foi tão necessária, pois os presídios fascistas encontram-se este ano atafalhados de patriotas em consequência das imensas proporções atingidas pela vaga de repressão desencadeada pelo velho ditador.

Mais do que um ato político, auxiliar os que sofrem nas masmorras da PIDE é um dever de solidariedade para o qual chamamos a atenção de todos os nossos leitores quer residentes no Brasil quer em outros países. A exemplo do que temos feito em anos anteriores, todos os donativos que chegarem à nossa redação, Rua Conselheiro Furtado 191, serão posteriormente remetidos às vítimas do terror policial salazarista.

Até agora, recebemos as seguintes contribuições:

| | |
|---|------------|
| Transferência do SALDO FINAL, da ajuda financeira à Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, conforme discriminação abaixo: | |
| Saldo em Março-63 — publicado no "P.D." | 71.416,40 |
| Donativo de Manuel L. Neto | 500,00 |
| Oferta de Avelino e Francelina | 500,00 |
| Venda de flâmulas — A. S. Baridó | 1.050,00 |
| Venda de flâmulas — Grupo Port. Inglaterra | 644,00 |
| Venda de flâmulas — Niterói | 1.500,00 |
| Venda de flâmulas — Est. Unidos América | 560,00 |
| Donativos para o Preso Político, já publicados em números anteriores do "P.D." | 48.915,00 |
| A transportar | 125.085,40 |

A Comissão Delegada Provisoria Dirige-se á Emigração Democratica

A Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional divulgou recentemente em Argel, onde está instalado o seu "bureau", 118 Boulevard du Telymy, 5 eme, a importante circular que abaixo transcrevemos:

COMPATRIOTAS

Decorridos seis meses sobre a CONFERENCIA DAS FORÇAS ANTIFASCISTAS (Dezembro de 1962), se fizemos um sumário balanço dos nossos problemas políticos e de organização, verificamos, em primeiro lugar, que é justa a decisão de permanermos unidos numa larga FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Em segundo lugar verificamos que o objetivo de varrer o fascismo da terra portuguesa e a urgência, por imperativo patriótico, de substituir a opressão fascista por uma ordem democrática aberta às conquistas sociais do nosso tempo, continuam a determinar-nos na decisão de conduzir o povo português ao levantamento nacional.

Em terceiro lugar verificamos que sob a bandeira da unidade antifascista combatente, seguindo as directivas da Junta Patriótica Central, dando pela acção, na acção, o seu acordo às resoluções da Conferência das Forças Antifascistas, o nosso povo tem travado importantes lutas contra o fascismo unindo as reivindicações económicas aos objectivos políticos. De norte a sul de Portugal, nas fabricas, nos campos, e nas próprias universidades, operários, camponeses, estudantes, os intelectuais, os patriotas conscientes, têm lutado pela melhoria das suas condições de vida, pelas liberdades democráticas, pela paz em Angola, pela paz na Guiné.

Expressão grandiosa destas lutas foi a jornada heróica do 1.º de maio, jornada de combate por uma vida digna, pelas liberdades democráticas, pela paz, contra a guerra colonialista em Angola e na Guiné, na qual, como em 1962 já o fizera, o povo praticamente desarmado afrontou e atacou as forças de repressão fascistas e escreveu com o seu próprio sangue nas ruas de Lisboa as palavras Liberdade e Paz. O sangue do nosso povo correu nas ruas de Lisboa, como já fora vertido em Aljustrel, Almada, Setubal, Porto e Beja.

Em quarto lugar verificamos que o esforço de esclarecimento do verdadeiro carácter da situação política portuguesa junto da opinião pública internacional, beneficiário de um vivo interesse em todo o mundo, nesta particular conjuntura da luta contra o colonialismo fascista, alcançou resultados que se traduzem por expressivas declarações de estadistas eminentes de homens políticos responsáveis e por uma repulsa universal sem precedentes que não implica apenas a condenação moral e política do regime fascista porque tem como consequência o seu isolamento internacional.

Mas também verificamos que ao desenvolvimento das lutas populares e à radicalização das suas formas concretas, corresponde uma violência bestial da repressão fascista. Tal como em Angola, na Guiné e em Moçambique, à crescente actividade política e militar dos movimentos nacionalistas o fascismo de Salazar responde com práticas de uma crueldade que nada fica a dever à bestialidade hitleriana; às manifestações populares em Portugal opõem-se as forças fascistas de repressão abrindo fogo sobre homens e mulheres desarmados. O número dos presos e dos torturados aumenta, a permanência dos condenados nas prisões eterniza-se para além do cumprimento das penas. A PIDE excede-se em brutalidade e selvajaria. Tortura, mata, destrói vidas humanas com requinte, goza de complicitades, de apoios, nos mais altos níveis da hierarquia fascista e da oligarquia económica.

A repressão fascista que impede o povo português de participar na vida nacional; o desrespeito dos fascistas portugueses pelos direitos inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; a violação sistemática dos princípios da Carta das Nações Unidas; a ignorância repetida e insolente das recomendações e decisões dos organismos das Nações Unidas; a obstinação

do governo de Salazar na manutenção do colonialismo e na condução de uma guerra colonial moral e historicamente condenada, dão ao problema político português um carácter internacional. O fascismo português desafia a opinião pública internacional. Constitui, de direito e de facto, um crime e um escândalo.

Cabe aos portugueses emigrados ou refugiados em países estrangeiros um papel importante na luta do nosso Povo. O regime fascista de Salazar deve ser denunciado sistematicamente; denunciados os seus crimes, a bestialidade da repressão, as selvajarias da guerra colonial, o carácter do colonialismo fascista, a orgânica interna do regime. Muito se tem feito já neste sentido. Mas não importa simplesmente esclarecer em que condições os portugueses vivem e lutam, é necessário dar uma ajuda prática aos combatentes do interior. É necessário mobilizarmos inteligências e vontades, recursos e meios de acção, ao serviço da unidade antifascista combatente, em torno da bandeira da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

No sentido de intensificar e coordenar o apoio à frente interna pede-se a todas as associações, organismos e núcleos portugueses que enviem à COMISSÃO DELEGADA Provisória as suas publicações e as informações relativas à sua actividade que permitam realizar uma efectiva troca de experiências. A coordenação geral da actividade dos democratas portugueses emigrados e asilados, tal como ficou demonstrado com a conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Asilados Políticos Portugueses, terá um especial significado na luta geral do Povo Português.

A Comissão Delegada Provisória envia a sua fraternal saudação a todos os emigrados portugueses, a todas as associações e organismos unitários, a todos pedimos que nos

acompanhem numa saudação sincera, comovida e vibrante ao Povo Português que sofre e luta, e aos combatentes do interior, sem esquecer os nossos presos, sem esquecer todas as vítimas do fascismo. É para eles, neste momento em que chamamos todos os Portugueses emigrados e asilados políticos à unidade e à acção, que vai o nosso mais caloroso e fraternal pensamento. Pensamos no Povo Português, é na luta que se integra toda a nossa acção. A frente interna e a frente externa são uma só e mesma frente a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

O combate é um só.

Uma só a nossa bandeira.

A Comissão Delegada continua a considerar-se um organismo provisório que se esforça por assegurar a coordenação geral da actividade exterior da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, com toda a responsabilidade, até que as forças antifascistas portuguesas tenham possibilidade de designar, através uma larga consulta, democraticamente, um organismo directivo no exterior de outro tipo.

Mas claramente se afirma que este carácter provisório, reflete uma atitude de respeito pelos processos democraticos de designação ou eleição, e dele não resulta nenhuma diminuição da capacidade e competência da Comissão Delegada Provisória.

Unamo-nos todos no mesmo combate.

Apoiemos todos a Junta Patriótica Central.

Cerremos todos fileiras na FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

Pela Libertação de Portugal.

Pelo estabelecimento de uma ordem democrática.

Pela cessação imediata da guerra colonial.

COMISSÃO DELEGADA PROVISORIA

PEQUENAS NOTÍCIAS

● O presidente da Camara Municipal de Goa à data da libertação daquela colonia foi agora punido com "dezoito meses de inatividade pelo seu mau comportamento", pois continuou no exercicio do cargo após a entrada das tropas indianas...

● O governo de Salazar continua a pagar a peso de ouro a visita a Angola de jornalistas estrangeiros dispostos a fazer o elogio do colonialismo português. O record de convites aceites é batido pela Alemanha Federal.

● Segundo o jornalista fascista Dutra Faria, diretor da Agencia ANI, os efetivos das tropas portuguesas em Africa elevam-se presentemente a 80.000 homens.

● Os jornais fascistas da colonia portuguesa do Rio — "Voz de Portugal", "Mundo Português" e "Portugal em Foco" — continuam em guerra aberta. Os artigos do plúmifativo Métnzer Leone, ex-funcionário dos Serviços de Propaganda do III Reich, revelam que profundas divisões lavram no mundo dos comandadores.

● O ultimo boletim (junho) do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, CVAAR, constitui todo ele um depoimento dramático sobre as condições de vida dos refugiados no Congo. Os 18 postos de fronteira e os dois dispensários mantidos pela CVAAR necessitam urgentemente de medicamentos (penicilina, terramicina, sulfamidas, vitaminas, leite em pó, etc.) que podem ser remetidos àquele organismo, Caixa Postal 856 — Leopoldville.

● A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela editou um boletim especial consagrado ao 53.º aniversário da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910.

● O grupo Royal Deutch-Shell assinou um contrato para a aquisição e distribuição do petróleo de Angola. Espera-se uma exportação de 75 mil toneladas até o fim do corrente ano.

● Foram descobertos, perto do Luso (centro-leste de Angola), depósitos de manganés. A "Lobito Mining & Cia." e a Krupp mostraram-se logo interessadas na exploração.

● O Conselho Ultramarino cancelou duas diretivas, uma do secretário geral e outra do governador geral de Angola, que obrigavam a "Diamond Co." a pagar o imposto especial para a defesa das colonias, criado por um decreto de Junho deste ano.

● Talvez em pagamento, a "Diamond", e também a empresa do Caminho de Ferro de Benguela de propriedade britânica, emprestaram um milhão e oitocentas mil libras e setecentas e cinquenta mil libras, respectivamente, ao governo de Angola. O contrato foi já assinado pelo ministro do Ultramar e por representantes daquelas duas companhias.

● Sob a direção do Consórcio francês Pechiney, está a ser construída em Angola uma fábrica de alumínio, incorporada àquele monopólio.



Marcos Ana, embaixador dos presos políticos espanhóis, prossegue a sua viagem pela América de denúncia dos inomináveis crimes do fascismo franquista. No Uruguai, a palavra do grande poeta espanhol encontrou a mesma ressonância que marcou a sua passagem pelo Brasil. Na foto, vemo-lo em Montevideu durante uma reunião promovida pelas organizações democráticas das Mulheres espanholas e portuguesas.

Colonialismo e Anticolonialismo

GUINÉ

Segundo um comunicado do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde, as forças colonialistas sofreram recentemente uma grave derrota no decurso de um vitorioso assalto dos comandos daquele partido ao campo militar de Empada, uma das últimas bases das tropas portuguesas no sul da colonia. Empada, que era um dos principais centros comerciais da região havia sido praticamente abandonada pelos seus habitantes pois estes, devido às suas simpatias pela causa da libertação nacional foram alvo de uma bárbara repressão. Entre outros patriotas foram ali assassinados o enfermeiro Anselmo de Carvalho e os agricultores Vitor Viana, Alvaro Martins, Pedro Silva, Diniz Barbosa e Nene Lopes.

Com a evacuação, há meses, da população europeia, além da tropa encontravam-se em Empada apenas algumas dezenas de prisioneiros. E foi precisamente para libertar esses patriotas que o PAIGO incumbiu há semanas três grupos de guerrilheiros, sob o comando de um dos seus melhores quadros atacar a guarnição portuguesa. As perdas sofridas por esta, que continua isolada do resto do país, foram bastante pesadas, tendo ficado destruídos vários edificios durante os combates travados.

ANGOLA

O boletim "Angola, informações", do Governo Revolucionário de Angola no Exílio — G.R.A.E. —, editado em Argel, ao referir-se, em sua edição de 1 de Outubro p.p., à recente reunião dos representantes permanentes da O.T.A.N., acusa as potências ocidentais de complicitade com o governo fascista de Lisboa na bárbara repressão desenvolvida por este contra as populações de Angola.

Afirma, depois, que um dos assuntos principais da agenda da referida reunião — a política colonial de Portugal — era uma questão importante na medida em que se tratava, para aquelas potências, de concertar as suas posições com vistas à actual Sessão da Assembleia Geral da ONU em face da ofensiva dos países da Africa contra o colonialismo português e

"contra os países que — por razões conhecidas — armam Portugal".

"Tratava-se — acrescenta — de encontrar um meio de legitimar o apoio dado a Portugal e o fornecimento de meios militares aos colonialistas de Lisboa, como caução da salvaguarda de grandes interesses que esses países, à cabeça dos quais se encontram os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e a Alemanha Federal, possuem em Angola pelo preço das toneladas de sangue que os Negros são obrigados a verter".

"Facilitar o apoio", como solicitaram ao governo português os seus parceiros na OTAN — afirma o citado boletim em outra passagem — "é evidentemente justificar, pelo ditador Salazar, o resultado obtido com todos os meios de carnificina postos à sua disposição, a fim de lhes permitir responder aos Africanos, na ONU, que a pacificação já foi realizada — sobre os cadáveres de centenas de milhares de Angolanos, naturalmente".

MOÇAMBIQUE

O último boletim da FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique — sob o titulo de "Aspectos da Vida Moçambicana" denuncia numerosas arbitrariedades e violências ultimamente cometidas pelas autoridades colonialistas em relação à população africana. Eis algumas:

— Usurpação de terras no grupo de povoações de Mambiane, na circunscrição de Magude, perpetrada pelo funcionário João Malheiro em nome da Direcção Regional de Veterinária. Apesar dos protestos da população, que foi expulsa das suas terras e despojada de todas as plantações e das miseráveis palhotas que habitava, a Direcção Distrital de Veterinária e o Administrador da Circunscrição limitaram-se a aprovar a acção daquele funcionário, sem que em contrapartida qualquer providência fosse tomada em favor das famílias atingidas.

— Na região de Inhamitanga, a Comissão oficial encarregada de intervir nas transacções do arroz (sob o pretexto hipócrita de proteger os agricultores nativos), forçou estes a entregarem o produto das suas colheitas à grandes companhias compradoras ao preço de dois escudos e oitenta centavos por quilo, enquanto o preço fixado para pagamento aos agricultores europeus atingia a quatro escudos e trinta centavos por quilo. Aos protestos pacíficos dos nativos contra tal arbitrariedade, o Administrador local respondeu com calúnias contra a raça negra e ameaças de acção policial, no estilo adotado desde velhos tempos e ainda de uso cotidiano em todos os pontos da colonia.

— Em Mueda, local tragicamente memorável pela chacina de centenas de nativos desarmados, levada a efeito em 1960 pelas tropas colonialistas de ocupação, continua intensa a actividade repressiva. A PIDE realizou ali, recentemente, a prisão de mais 50 africanos, homens e mulheres. Foram presos também dois europeus que se recusaram a disparar as suas armas sobre a população africana. O boletim da FRELIMO louva a atitude destes dois portugueses.

Apelo aos amigos de «Portugal Democratico»

O nosso jornal — uma das raras vozes do Portugal amordaçado que se faz ouvir no Mundo — atravessa um momento extremamente difícil. Nunca como agora, ao longo de sete anos de existência, os problemas decorrentes da inflação nos colocaram em situação tão precária. Enquanto todas as despesas aumentam em ritmo acelerado, as nossas receitas mantêm-se praticamente estacionárias. Não exageramos ao lembrar aos leitores e amigos que, pela primeira vez, a sobrevivência de PORTUGAL DEMOCRATICO se encontra ameaçada. Em poucos meses o nosso orçamento sofreu um aumento que atinge quase 200%. As nossas remessas para o Exterior terão de ser, como primeira medida, restringidas ao mínimo se os nucleos de emigrados democratas não corresponderem aos repetidos apelos que lhes vimos endereçando. A esse respeito apontamos a todos o exemplo dos democratas de Pernambuco que vêm contribuindo mensalmente com uma quantia fixa que nos é enviada com a maior regularidade. Lembramos, a propósito, que o custo da assinatura anual, via aérea, para o Exterior foi elevada para US\$ 10 dolares.

As Comemorações do 5 de Outubro

No Brasil, como em outros países onde a emigração democrática portuguesa se encontra organizada, a passagem do 53.º aniversário da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910 foi assinalada por várias iniciativas destinadas a realçar a importância e o significado daquela inesquecível efeméride.

A principal solenidade das comemorações — o grande ato público de solidariedade a Portugal — que deveria ter-se realizado em São Paulo na noite do dia 5, não pôde, entretanto, efetuar-se devido aos acontecimentos inesperados dos primeiros dias de outubro e que levaram a Comissão a publicar nos jornais o seguinte comunicado:

A Comissão Patrocinadora do ato público comemorativo do 53.º aniversário da implantação da República em Portugal, levando em conta a peculiaridade da situação política nacional, comunica o adiamento, para data a ser marcada posteriormente, da sessão pública que deveria ser realizada, hoje, às 20 horas no Instituto Cultural Israelita-Brasileiro. A Comissão aproveita a oportunidade para saudar o povo português nesta data histórica e faz votos para que em breve sejam restauradas as liberdades democráticas na gloriosa Pátria portuguesa. a) Jânio Quadros, Paulo Duarte, Luciano Lepera, Chopin Tavares de Lima, Clid Franco, Soares Amora, Pelópidas da Silveira, Paulo Cavalcanti, Florestan Fernandes, Rocha Mendes, Pedro Iovine, Enio Silveira, Sérgio Millet, José Serra, Benedito Nicotero Filho.

O JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO

Os democratas portugueses de São Paulo para não deixarem de celebrar a data reuniram-se num jantar de confraternização que, apesar de improvisado à última hora, teve ainda elevado número de participantes. A convite do presidente do Centro Republicano Português, assumiu a presidência o sr. Lorenzo Serrano, representante do Governo da República Espanhola no Exílio. A seu lado tomaram lugar os srs. Victor da Cunha Rego, prof. Florestan Fernandes, eng. Ricca Gonçalves e capitão Orlaco da Cunha.

O sr. comandante João Sarmiento Pimentel tomou a palavra, no final, para evocar os combatentes do 5 de outubro e saudar os que lutam pela II República, tendo palavras de muito apreço para a memória de Carlos Maria de Araújo, um dos muitos que ficaram pelo caminho, não realizando o sonho de assistir à derrubada do regime em Portugal. Prosseguindo, defendeu a unidade de todas as forças que lutam contra o fascismo salazarista, manifestando de modo especial sua confiança na juventude.

Falou, em seguida, o prof. Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Acentuando que em Portugal só há uma causa — a dos portugueses que lutam contra Salazar — o eminente catedrático discorreu sobre a força crescente da solidariedade do Brasil, e depois de lembrar que a tarefa de libertar Portugal é uma tarefa histórica dos portugueses metropolitanos aludiu ao significado do 5 de outubro, prestando homenagem aos heróicos combatentes da I República.

Lorenzo Serrano, em breve improvisado, manifestou a solidariedade do povo espanhol à luta do povo português.

O presidente do Centro Republicano Português, Victor da Cunha Rego, depois de ler a saudação da Comissão Delegada Provisória da FPLN, a que abaixo fazemos referência, defendeu o reforço da unidade entre todas as forças antifascistas, citando como símbolos dessa unidade três nomes: Otávio Pato, Capitão Varela Gomes e Manuel Serra. Salientando que a FPLN será aquilo que quisermos, manifestou a esperança de que os democratas portugueses de São Paulo, pela sua parte, contribuam para cimentar a unidade nas fileiras da FPLN.

Ao encerrar o ato, o comandante Sarmiento Pimentel fez votos para que os presentes possam reunir-se em Portugal dentro de um ano para

afestarem em Liberdade e Paz o próximo aniversário do 5 de Outubro.

UM TELEGRAMA DO GEN. DELGADO

Antes de decidido o adiamento do ato público programado, o general Humberto Delgado, impedido de se deslocar a São Paulo, enviou ao sr. Janio Quadros, presidente da Comissão Patrocinadora, o seguinte telegrama: "Em nome da oposição manifesto vivo prazer por ver a eminente figura de Vossa Excelência presidindo à comissão patrocinadora da comemoração da implantação da República Portuguesa que em 1910 trouxe novas estruturas à sociedade. Impossibilitado de aceitar honroso convite chegado por via do patriótico Centro Republicano Português, apresento efusivos agradecimentos a Vossa Excelência, rogando os torne extensivos aos distintos brasileiros da Comissão. Pró-pátria, pró-liberdade — General Humberto Delgado."

PROTESTO REMETIDO AO EMBAIXADOR DE SALAZAR

Em nome da Comissão Patrocinadora, o prof. Florestan Fernandes enviou ao embaixador de Salazar no Rio de Janeiro o seguinte telegrama:

"Brasileiros e portugueses reunidos em jantar comemorativo do 53.º aniversário da implantação da República em Portugal pedem V. Excia. transmita ao seu governo os protestos mais veementes pela política colonialista e violação sistemática dos direitos do homem praticada pelas forças repressivas ao serviço do ditador Oliveira Salazar. Solidários com os democratas que em Portugal lutam pela II República, condenam o regime que há 38 anos oprime o Povo e exigem a imediata libertação de todos os patriotas presos".

A SAUDAÇÃO DA FPLN

A Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional enviou uma saudação especial aos democratas portugueses de São Paulo reunidos para comemorar o 5 de Outubro.

É desse documento a passagem que abaixo publicamos:

"As comemorações do aniversário da Revolução de 5 de Outubro de 1910, têm todos os anos unido, e unirão este ano, numa única frente fraternal de combate, os Homens, as Mulheres e os Jovens de Portugal sem que, as reservas políticas do passado ou os diferentes rumos que se preconizam para o futuro, nos possam dividir, nesta hora grave, crucial, em que todos os Portugueses se devem sentir mobilizados para a luta de libertação nacional.

Não há problemas políticos que nos possam dividir perante a tarefa fundamental que a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL propõe: Libertar Portugal.

Este 5 de Outubro deverá ser comemorado como uma parada de forças sob a bandeira da Unidade: como uma afirmação de fé nos destinos de Portugal livre; como a proclamação em unísono da vontade popular de instaurar a Democracia; como uma jornada de protesto contra o terror policial e contra a criminoso guerra de África. É na unidade fraternal, na mútua compreensão, na sincera comunhão no mesmo desejo de restituir Portugal a instituições livres e à convivência pacífica com todos os Povos e em todos os continentes, que o 5 de Outubro deverá ser comemorado.

Unidos, organizados, todos vós, Homens, Mulheres e Jovens de Portugal correspondereis a este apelo que, em nome das forças democráticas portuguesas, que em nome dos combatentes da liberdade, que em nome de Portugal, vos dirige a COMISSÃO DELEGADA PROVISÓRIA DA FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL."

TELEGRAMAS DO RECIFE

Do Recife, onde a atividade do Grupo de Democratas Portugueses é cada vez mais intensa e profícua, foram recebidos vários telegramas, entre os quais um do prof. Ruy

Gomes, lamentando não poder comparecer. O dos portugueses daquela cidade era assinado pelos seguintes democratas: Profs. Ruy Luís Gomes e José Morgado, Manuel Fernandes, Angelo Ferreira, Humberto Teixeira, Joaquim Martins e Irene Fernandes.

Outro telegrama, de brasileiros anti-salazaristas, formulando votos pela reintegração de Portugal num clima de liberdades democráticas, era assinado pelas seguintes personalidades: Paulo Cavalcanti, Enildo Pessoa, Cícero Dantas, Amaro Quintas, Silvío Rabelo, Guimarães Sobrinho, Octávio Freitas, Cláudio Tavares, Abelardo Horn, Hiram Pereira, João Plutarco, Antônio Rolim, Jader Andrade, Luiz Vasconcelos, Dorival Beulke, Felismino Rocha, Djalmá Freire, Braz Oliveira, Abelardo Caminha, Hugo Cordeiro, Fulton Bezerra, Clóvis Cavalcanti, Bonfim Silva, Alfredo Menezes, Oliveira Airado, Francisco Oliveira, Plínio Soares, Luís Miranda, Barros Correia, Getúlio Albuquerque, Círeno Pinheiro, Hugo Almeida, Adalgizo Lubambo, Osório Lira, Carneiro Leão, Hendrik Costa, Sebastião Junior, Helvécio Loreno, Lacerda Nilo, Melo Franco, Jamil Hage, Ary Oliveira, Guimarães Neto, Macedo Lins e Rosa Maria.

Entre os numerosos telegramas recebidos de todo o Brasil figuram ainda os dos democratas portugueses Assumpção Neves e Fernandes, dr. Carneiro Franco e Antonio Amorim.

OUTRAS MENSAGENS

Da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela foi recebida a seguinte mensagem:

"A Junta Patriótica Portuguesa de Venezuela, saúda emocionada os companheiros portugueses e amigos brasileiros presentes nesta sala por ocasião de comemorar-se o 53.º aniversário da implantação da I República Portuguesa, e solidariza-se inteiramente com todas as decisões tomadas nesta reunião, assim como sabe que os nossos compatriotas do Brasil também se associam às vastas comemorações que terão lugar em Caracas, como homenagem aos heróis, aos ideais e ao sistema político implantado em Portugal em 1910.

Sabemos, por outro lado, que graças a Unidade dos anti-fascistas portugueses conseguida com a formação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, não está longe o dia em que os portugueses possam comemorar livremente o 5 de Outubro dentro de Portugal, porque o momento da vitória final do Povo Português sobre o governo fascista e colonialista de Salazar aproxima-se a passos gigantes.

Viva a II República Portuguesa! Viva a Liberdade! Abaixo o Fascismo salazarista!"

A presidente da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai, Maria Luisa Silva Neves enviou igualmente um telegrama de saudação salientando que "a unidade dos portugueses antisalazaristas é o único caminho da vitória".

AS COMEMORAÇÕES NO RIO DE JANEIRO

O 53.º aniversário da Implantação da República Portuguesa foi

celebrado no Rio de Janeiro com uma sessão na sede da Delegação Regional do Movimento Nacional Independente, na Guanabara.

O General Humberto Delgado, que presidiu, salientou que a República implantada em 1910 iniciou a modernização das estruturas da sociedade portuguesa lançando as bases para as muito mais profundas modificações que a II.ª República, a implantar em breve, introduzirá.

Falaram ainda o Coronel Oliveira Pio, decano dos refugiados políticos e presidente da delegação regional do M.N.I.; e os srs. Souza Mendes, ex-membro do Batalhão Académico de Voluntários para Defesa da República contra as incursões monárquicas e o sr. Lafayette Machado, que foi alto funcionário colonial.

Foi decidido que uma delegação fosse cumprimentar o jornal "Diário de Notícias" pela sua atuação pró causa da liberdade em Portugal, especialmente da parte do diretor embaixador João Dantas. Também a delegação se dirigiu a casa do embaixador Alvaro Lins a testemunhar-lhe o alto apreço da Oposição pela forma notável com se conduziu no "caso Delgado".

DAS MULHERES PORTUGUESAS DA AMÉRICA ÀS DE PORTUGAL

Para assinalar a passagem do 5 de Outubro a União das Mulheres Portuguesas (América) enviou a seguinte carta às suas compatriotas de Portugal:

"No dia em que faz 53 anos a nossa República, dirigimo-nos a todas as mulheres portuguesas que

APELO AO PRESIDENTE GOULART

O problema dos asilados na Embaixada do Brasil em Lisboa continua sem solução. Por esse motivo, numerosas personalidades brasileiras reunidas na jornada de confraternização do 5 de Outubro, enviaram ao presidente João Goulart o documento que abaixo transcrevemos, assinado em primeiro lugar pelo prof. Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo:

Excelência:

Na ocasião em que confraternizamos com os anti-fascistas portugueses residentes em São Paulo, ao comemorarmos em conjunto o 53.º aniversário da proclamação do regime republicano em Portugal, dirigimos a Vossa Excelência um veemente apelo no sentido de o Governo Federal solidarizar-se ativamente com os sofrimentos impostos pelo fascismo salazarista ao povo português e aos povos das colônias portuguesas.

Cada vez com mais frequência jornais e cartas de amigos trazem ao nosso conhecimento casos de prisões arbitrárias, de torturas físicas e morais, de condenações a prisão perpétua (sob a forma de "medidas de segurança") infligidas aos anti-fascistas de Portugal. Pode o Governo de Vossa Excelência,

há 37 anos desconhecem a convivência democrática, para dizer-lhes que nós, as mulheres portuguesas que temos tido a sorte de viver em países livres, não as esquecemos um só momento e que estamos dispostas a enfrentar qualquer sacrifício para que reine a liberdade na nossa querida Pátria.

Todos temos a noção clara que Portugal está passando pelo momento mais difícil da sua intensa e grande história. O nosso coração de mulheres livres não pode ficar indiferente às torturas e assassínios de patriotas cujo único crime é lutar por melhores condições de vida e pela liberdade do Povo Português.

A nossa alma está de luto por serem levados à morte e à invalidez, em África, milhares de jovens, num suicídio colectivo. E a dor que invade a todas as mães e esposas é sentida profundamente por nós.

O nosso Acto de Fé de hoje é deixar como herança, aos nossos filhos, um Portugal com aquilo que nos foi negado — LIBERDADE!

COMPATRIOTAS, seja qual for a vossa religião ou o vosso credo político, UNI-VOS porque esse será o único Caminho — a UNIDADE DE FORÇAS — para a salvação da nossa querida Pátria.

UNIDAS, gritai: BASTA! BASTA DE TORTURAS! BASTA DE CRIMES! BASTA DE GUERRA COLONIAL!

A hora é de UNIDADE, ESPERANÇA e de ACÇÃO!

VIVA A MULHER PORTUGUESA!

VIVA PORTUGAL LIVRE!

VIVA A FRATERNIDADE DOS POVOS!"

dentro das normas da convivência e do direito internacional, exprimir ao atual Governo Português o seu descontentamento e preocupação em face das constantes violações dos direitos da pessoa humana praticadas por este.

E apelamos para Vossa Excelência para que, precisamente, assim suceda.

Na "prisão" alugada para o efeito pelo embaixador do Brasil em Lisboa permanecem ainda 13 asilados políticos, entre os quais se contam 2 mulheres. Deve o Governo de Vossa Excelência obter do Governo do ditador Salazar a pronta solução deste caso, promovendo a vinda imediata para o nosso país dos treze anti-fascistas portugueses.

E, por isso, apelamos para Vossa Excelência para que urgentemente faça determinar ao embaixador Negrão de Lima que passe a pautar a sua conduta para com o Governo Português não pelos interesses deste mas sim pelos interesses morais e humanitários do Brasil, que sempre tem cumprido, em outras ocasiões, as suas obrigações para com os asilados políticos de outros países.

Quasi todos os dias, também, tomamos conhecimento de novas atrocidades praticadas pelas tropas salazaristas nas colônias da Guiné e de Angola. Pode o Governo de Vossa Excelência, na esfera dos organismos internacionais de que participa e nomeadamente da Organização das Nações Unidas, assumir o comportamento de enérgico e inflexível defensor do sagrado direito dos povos das colônias portuguesas à autodeterminação e à independência.

Expressamos a Vossa Excelência, a este respeito, a nossa solidariedade em face da posição tomada sobre a descolonização, na atual Assembleia Geral das N.U., pelo chanceler Araújo Castro; e apelamos para o Governo Federal no sentido de que futuramente se mantenha, cada vez mais intransigente perante os interesses da colônia salazarista do Brasil, a mesma atitude anti-colonialista.

Estamos certos, Senhor Presidente, de que só assim o Governo Brasileiro cuidará dos verdadeiros interesses da Comunidade Luso-Brasileira e dos superiores interesses do nosso país nos territórios africanos de língua portuguesa.



Dois homens para quem a história parou na Idade Média: Salazar e Welensky. Sorriem ainda mas são já dois derrotados. O esfacelamento da Federação das Rodésias prenuncia o fim do último sonho do imperialismo britânico; a emoção com que o povo português comemorou o 5 de outubro mostra que o apego aos ideais republicanos e libertários de 1910 é hoje tão forte em Portugal como há 53 anos.

Pela amnistia e contra a repressão

INTENSA ATIVIDADE DO COMITÉ BRITÂNICO

LONDRES, (Do Correspondente) — O Comité Britânico para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses continua a desenvolver intensa e profícua atividade, levando a efeito e ampliando uma série de iniciativas sugeridas aos comités nacionais pela Conferência da Amnistia realizada em Paris, em dezembro do ano passado. Assim, mercê de diligências do Comité doze presos políticos foram, "adoptados" pelo Conselho Distrital de Londres da ASSET (União de Técnicos Britânicos) que representa 8.500 membros, tendo a secção de Chilleshurst do Partido Trabalhista solicitado ao Comité informações para "adopção" de outro preso. Cartas de apoio moral estão sendo enviadas às famílias desses presos.

MANUEL RODRIGUES DA SILVA

A Embaixada de Portugal em Londres informou um correspondente do Comité de que Manuel Rodrigues da Silva está agora autorizado a receber toda a correspondência que lhe for enviada para a fortaleza de Peniche. O Comité sugeriu que se exerça pressão junto das Autoridades Portuguesas para garantir que a correspondência chega, de fato, às mãos do destinatário.

JULGAMENTO DOS PRESOS DE BEJA

O Comité prepara-se para enviar observadores ao julgamento dos implicados no assalto ao quartel de Beja, em janeiro de 1962. Com este fim, está se fazendo um apelo para auxílio financeiro a que responderam já, com generosos donativos, a União Nacional de Mineiros (Gales do Sul) e a União de Trabalhadores Gerais e de Transporte (Zona de Bristol).

PROTESTO DE EDITORES BRITANICOS

John Calder, prestigiado editor de Londres e organizador da Conferência Internacional de Teatro e Escritores integrada no Festival Internacional de Arte de Edimburgo (1963) dirigiu-se à Embaixada de Portugal em Londres protestando contra a detenção do editor português Viriato Camilo. Outros editores e os escritores Doris Lessing e Arnold Wesker fizeram outro tanto.

A prisão de Viriato Camilo motivou uma extensa troca de correspondência publicada no jornal "Evening Post" de Bristol. Referindo-se a inúmeras manifestações de protesto, o Consul de Portugal em Cardiff Sr. Artur Simões Cascas procurou sustentar que não havia necessidade "de estrangeiros procurarem interferir na acção da justiça num país civilizado". Entretanto, os cidadãos de Bristol declararam sentir-se com todo o direito de se manifestarem preocupados pelo desrespeito aos Direitos do Homem que se regista em Portugal. E no caso específico de Viriato Camilo, os leitores do "Evening Post" de Bristol continuam a manifestar extrema ansiedade pelo facto de que embora a prisão de Viriato Camilo se tenha verificado em 27 de julho ainda hoje se não apresentam razões para a sua detenção.

Numa das cartas publicadas, o sr. J. Hodgson afirmava:

"Em matéria de Direitos Humanos não podemos continuar a ser sectários. O que nós reconhecemos é a liberdade do indivíduo integrado no sistema social, e não a liberdade desse sistema para negar a liberdade individual".

ENTREVISTA NA EMBAIXADA

Os senhores Emry Thomas (Presidente) e Donald Bateman (Tesoureiro) do Partido Trabalhista Independente Britânico obtiveram uma entrevista com o Dr. Morgado, da Embaixada de Portugal em Londres, durante a qual apresentaram vigoroso protesto contra a situação dos presos políticos em Portugal.

O AGRADECIMENTO DE MARIA LUISA COSTA DIAS

O povo português acaba de alcançar uma grande vitória com a saída para a Inglaterra de Maria Luisa Costa Dias, na sequência de uma

campanha que encontrou eco em dezenas de países europeus e americanos. Publicamos abaixo a carta endereçada de Londres, por aquela vítima do fascismo a todos os democratas que contribuíram para arrancar da vigilância da PIDE:

Meus Excelentíssimos Amigos: A realidade da minha situação de saúde bem patenteada aos olhos daqueles que no meu país dela podiam decidir, não foi para mim suficiente justificação da minha vinda para Inglaterra.

Conheço, quer pela experiência do meu povo, quer pessoalmente, o valor destas situações em tais circunstâncias.

Foi aqui, ao tomar conhecimento dos esforços empregados por um conjunto de magníficas boas vontades animadas de uma superior compreensão e devotamento, ao qual havel dado a vossa tão decisiva participação, que pude abranger o que para mim era, até então, incompreensível.

que por este meio e na impossibilidade de o fazer diretamente, venho, em nome dos presos políticos portugueses, agradecer todo o que por nós havel feito. As dimensões da vossa acção em nosso favor só podem ser medidas pelo que representa na época atual a doação que cada um faz de si mesmo, seja por que forma for, para uma autêntica unidade entre todos os povos, para lá das duras resistências que se lhe opõem.

É pois neste nível, que peço licença para em nome dos presos políticos portugueses colocar o reconhecimento que nos é devido, desejando acrescentar que nada do que vos dignardes fazer em seu favor se perderá nunca, conforme o demonstra a minha presença junto de vós.

Com os meus cumprimentos da mais respeitosa consideração

(a) Maria Luisa Costa Dias Soares

E isto é um tribunal fascista!

— I — GERMAN LEYENS

A revista "Mundo Estudantil", órgão da União Internacional dos Estudantes publica em seu ultimo numero (vol. 17, n.º 7) uma extensa reportagem sobre o julgamento-farsa do dirigente estudantil democrático José Bernardino. É um estudante quem o assina. Porque se trata de um documento que interessa a todos os patriotas portugueses e, particularmente, à classe estudantil de cuja coragem e espirito de luta José Bernardino é admirável simbolo. PORTUGAL DEMOCRATICO arquiva-o com prazer nas suas colunas.

"Estamos aqui para ouvir e não para falar!" Estas palavras do juiz podiam servir como uma descrição adequada do que é o Portugal de hoje. E, não era verdade. Era uma frase que de pronto me expulsava do tribunal. Sem dar qualquer razão ou motivo, para a sua acusação, apontou-me furioso e ordenou à policia que me expulsasse da sala. E como se verá, em Portugal não se brinca com juizes e muito menos com o juiz Silva Caldeira.

Silva Caldeira não se importou de que a sua afirmação carecesse de veracidade ao expulsar-me da sala; nem que poderia supôr-se ter êle feito um juizo por assim dizer público, nem do direito que assiste aos jornalistas de falar sobre tais sentenças — não apenas como o fazem os jornalistas oficiais de Salazar — que reproduzem unicamente o material de acusação — mas sobre todos os trâmites do ca-

nico, José Bernardino, dirigente da Associação Académica do I.S.T. (1957-58), presidente do Conselho Geral dos Estudantes da Casa do Império — residência dos estudantes das colónias — (1959-60) e ex-secretário Geral da RIA (Relações Inter-Académicas) que abarca todas as associações académicas de Lisboa (60-61).

A grande mobilização estudantil para presenciar as audiências do tribunal demonstrou mais uma vez a solidariedade e coragem que anima os estudantes portugueses empenhados na luta pelos seus direitos à associação e defesa da autonomia universitária.

Porque em Portugal, assistir a um julgamento politico não é coisa simples. O tribunal da Boa Hora estava cheio de policia politica, cuja tarefa consiste precisamente em tomar nota de quem acorre a presenciar o acto e das



so. Segundos depois, um policia encolerizado postava-se diante de mim, ordenando-me aos gritos que saísse da sala.

Alguns dias depois da imprensa franquista e salazarista, das duas ditaduras que actualmente dominam a Península Ibérica terem celebrado com as devidas pompas adjectivantes inerentes ao caso, os 37 anos desde que Salazar foi "chamado a servir a Nação"... realizava-se no tribunal da Boa Hora de Lisboa, um julgamento que despertara o maior interesse na comunidade estudantil portuguesa e iria ter dentro em breve grande repercussão internacional.

Realizava-se o julgamento do estudante do Instituto Superior Téc-

suas atitudes e em reprimir violentamente qualquer manifestação que possa ser considerada como ofensiva ao regime.

Mas se era grande o número de policia maior era o número dos estudantes. Estes, conhecendo o costume policia de abarrotar as salas de julgamento com agentes da famosa PIDE (policia politica e de defesa do Estado), encontravam-se já à porta do dito tribunal em filas cerradas horas antes de iniciar-se o julgamento. Entre êles estava a jovem esposa do acusado, de 19 anos, e alguns dos seus familiares. No grupo estudantil, diante da sala das sessões, escutavam-se conversas animadas,

(Conclui na pág. 7)

Plebiscito e Insurreição

MANUEL SERTÓRIO

1. — A Idéa da realização em Portugal de um plebiscito sobre a politica colonial do governo tem ganhado a adesão de largos setores da opinião pública portuguesa.

Como se sabe, a eventualidade de o povo português se pronunciar a respeito da politica que lhe é imposta foi, pela primeira vez, levantada no discurso proferido em Agosto passado por Salazar, a quem se deve, assim, a iniciativa na apresentação desta idéa. Não temos que nos admitir, pois isso mesmo sucedeu com o discurso feito pelo ditador em Outubro de 1945, o qual foi, 12 anos depois da Constituição vigente ter aberto o campo da luta eleitoral, o promotor do interesse dos democratas portugueses pelas eleições politicas. Será caso, apenas, para lamentarmos que a falta de imaginação politica da Oposição tenha sido suprida, mais uma vez, pelo nosso adversário n.º 1.

Hábil como quasi sempre é, Salazar, no entanto, não acenou claramente com a hipótese de um plebiscito, pois referiu-se apenas a um ato solene e público que, na sua casuística jesuita, pode querer significar as manifestações officiais que tiveram já lugar.

Sucedo, contudo, que grande parte da imprensa, das grandes e pequenas cidades portuguesas, glossou o tema do plebiscito, aceitando-o e solicitando-o. E os dirigentes do setor democrato-social da Oposição exigiram já de Salazar o cumprimento da sua promessa.

Desenvolver ou não um movimento autenticamente nacional (e também internacional) tendo como objetivo a realização do plebiscito é, agora, uma tarefa de todas as forças opositoristas. Da amplitude desse movimento dependerá, na maior parte, a final realização ou não da consulta popular.

2. — Alguns democratas portugueses, dos setores que abraçam, como em a perspectiva insurreccional, opinam, porém, que formas de luta como aquela em que se traduziria o plebiscito estão já ultrapassadas e que, desse modo, todos os esforços no sentido da sua realização representariam um recuo nos processos táticos da Oposição, em contradicção com os conclusões e resoluções da Conferência antifascista de Dezembro passado.

Será esta crítica justa? Julgo completamente errada tal apreciação, a qual apenas traduz, em última análise, a tremenda confusão teorica que nunca deixou de lavar na Oposição sobre o processo conducente ao derrubamento do salazarismo e que nos últimos dois anos e meio só se tem agravado.

Vejam os porque é assim. 3. — Quando se defende a via insurreccional para o derrubamento do fascismo português quer significar-se a necessidade de um choque final, decisivo e violento entre as forças populares progressivas e a engrenagem de defesa e repressão montada pelo salazarismo.

Esta idéa, em si própria, não se reporta ao tipo ou tipos de acções a desenvolver anteriormente, no sentido de tornar possível, como ellos de um unico processo de libertação nacional, aquele choque final. Há alguns tipos de acção que ficam, de fato, tácitamente excluidos; é o caso, por exemplo, de diligências de opositoristas junto de chancelarias estrangeiras para lhes oferecerem atestados de bom comportamento anti-comunista, e também a caso de manobras e conciliábulos com altos jerarcas do salazarismo, os quais se desencumbriam da encomenda de extrair sem dor o salazarismo da nação. Mas — em principio, entenda-se — a adesão à idéa da necessidade de um choque violento e decisivo com o aparelho fascista tanto se compadece com acções anteriores do tipo terrorista, como com sabotagens, como com outras acções clandestinas e não pacificas, como, também, com acções de tipo pacifico (legais e semi-legais).

O que sucede é que um marxista tem necessariamente de repudiar o terrorismo como forma válida de luta politica e tem, também necessariamente, de defender formas de luta de massas, pois sabe que só a acção destas permite, nos momentos e circunstâncias apropriados,

a acção de quadros operacionais.

Deste modo, se já em principio não havia nenhuma contradicção entre acções de carácter pacifico e a acção final de carácter violento contra o fascismo, conclui-se facilmente que só as primeiras permitirão a mobilização de massas necessária para a pratica da segunda.

Por ser assim, se disse expressamente, e corretamente, nas conclusões e resoluções da Conferência de Dezembro de 1962, (alinea do n.º 1) que "é fundamental para o desenvolvimento do movimento democratico, no sentido da criação de uma situação favoravel a uma acção decisiva para derrubar o governo fascista, a mobilização popular para as mais variadas formas de luta legal e ilegal, no terreno das reivindicações economicas, politicas e de natureza cultural."

4. — Como se deverão processar, na pratica, estas acções anti-fascistas qualitativamente diferentes?

Surgirá um momento preciso (ou terá já surgido, segundo a opinião de alguns democratas), em que a pratica de acções de tipo pacifico deverá cessar completamente e dar lugar à pratica, exclusivamente, de acções de tipo violento? Ou, ao contrario e é essa a minha firme convicção —, as acções de tipo pacifico, especialmente aquelas destinadas às mobilizações de massas, deverão permanecer na ordem do dia simultaneamente com as acções de tipo violento?

Aqueles que, sob a bandeira da insurreição, tenham em vista não uma verdadeira insurreição popular mas uma acção revolucionaria perpetrada por quadros auto-suficientes, militares ou civis, para os quais a acção das massas populares seja absolutamente estranha (do tipo do assalto ao quartel de Beja), poderão achar que as acções de tipo pacifico e as de tipo violento deverão processar-se em fases comparimentadas, da última das quais se terão de excluir as primeiras.

Mas os marxistas não podem pensar assim. Eles sabem que uma insurreição popular tem de ser uma insurreição de massas (embora orientada por quadros operacionais), e que essa insurreição de massas só poderá conseguir-se através de acções susceptíveis de tocar grandes camadas da população portuguesa. E isso só acontece, manifestamente, com as acções que, pela natureza dos seus objetivos, são acções inicialmente pacificas.

O que se impõe é que das acções de carácter pacifico praticadas naquela fase da luta em que, como sucede actualmente em Portugal, está já na ordem do dia a pratica simultanea de acções de tipo violento, se saiba extrair todo o seu dinamismo revolucionario, por forma a modificar-lhes a natureza pacifica no decurso dessas mesmas acções.

E' isto, precisamente, o que até hoje se não fez na Oposição, referentemente às acções de tipo pacifico (eleitorais e de outras espécies), levadas a cabo de modo incoerente e atrabiliario. E é isto, precisamente, que leva no momento presenta muitos democratas pouco reflexivos à condenação em bloco de toda e qualquer acção pacifica. O que falta a esses democratas é uma perspectiva dialética deste tipo de acções, cuja transformação qualitativa eles não ponderam, habituados como todos estamos ao seu sistemático inaproveitamento com espirito insurreccional.

5. — A realização de um plebiscito em Portugal sobre a politica colonial do governo poderá fornecer um ponto de partida extraordinariamente proficuo para uma mobilização de massas, cujo processo de desenvolvimento é susceptivel de levar a choques violentos com a engrenagem de defesa salazarista. Isto, evidentemente, se a campanha plebiscitaria for conduzida pela Oposição de forma diferente da de última campanha eleitoral, de fins de 1961, em que os candidatos opositoristas, escudados na opinião concordante de todas as correntes politicas, resolveram amuar e desistir da luta... por não a poderem ganhar no proprio campo eleitoral.

Para quem aceitar a possibilidade (de acôrdo com a propria História

(Conclui na pág. 7)

DE
QU
As con
dinarian
ditadura
sivas po
politica
tratégia
cional
classific
corrente
que, de
tência
essa pol
exemplo
franco
res é oit
com int
de outr
europeu
Algun
tanto, p
gueses.
Não
ge da v
querdas
orienta
sem sal
mento,
mam d
serão d
ro. Suc
ta quen
carrega
nhas, r
Esquerr
propaga
do.
Neste
um dit
tuição
rament
pular,
politica
forme
Unidad
país p
algo lo
mundo
Para
oportu
com a
idade
país p
telam
o deso
culo X
culo X
goulo
pulsos.
Esta
noção
parece
pa e i
este f
Não s
nem
simple
gresso
amanh
acolhi
tamos
sentir
outras
a out
plem
um di
vo po
nia n
sa po
ra a
o Lev
prio r
litica
O ter
tra n
As
apare
ma j
tes
ranha
Des
dada
de d
do vi
ra, e
cesso
Euro
povo
vern
sim
lecti
méri
para
Sa
inter
tes,
fôrça
ção,
litico
veze
espé
boni
mór
pass
fme
cole
ça
res
lo s
exp
S
tegr
lon
pró

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

QUE NOS RESERVA O FUTURO? Plebiscito e...

ANTONIO BROTAS

(Continuação da pág. 6)

A situação dos jornalistas...

(Continuação da pág. 3)

As condições de uma luta extraordinariamente longa contra uma ditadura levaram as forças progressivas portuguesas a assentar numa política — a Unidade — e numa estratégia — o Levantamento Nacional. Hoje, com justiça, podemos classificar como progressivas as correntes da Oposição Portuguesa que, de facto, com vigor e sem reticências, estão dispostas a seguir essa política e essa estratégia. Este exemplo de Unidade e de desejo de franco apoio nas camadas populares é olhado com simpatia e mesmo com interesse por forças políticas de outros países, principalmente europeus.

Alguns méritos daqui advêm portanto, para os oposicionistas portugueses. Não devemos estar muito longe da verdade dizendo que as Esquerdas europeias estão algo desorientadas e sem perspectivas, sem saberem como agir neste momento, em que na Europa se tomam decisões e traçam linhas que serão dominantes para o seu futuro. Sucede que tem sido a Direita quem principalmente se tem encarregado de ir traçando essas linhas, não indo a interferência das Esquerdas muito além do nível da propaganda e dos círculos de estudo.

Nestas condições, a eliminação de um ditador como Salazar e a constituição de um governo verdadeiramente expressivo da vontade popular, unido e capaz de seguir uma política própria e independente conforme corresponde ao programa de Unidade da Oposição, mesmo num país pequeno como Portugal, seria algo longe de ser imponderável no mundo em que vivemos.

Para nós, portugueses, seria a oportunidade de romper de vez com a situação de atraso e inferioridade em que se encontra o nosso país por não ter acompanhado inteiramente a revolução industrial e o desenvolvimento burguês no século XIX e por ter sofrido no século XX uma ditadura que estrangulou os seus mais generosos impulsos.

Estamos numa época em que uma noção de nacionalidade está desaparecendo. (Refiro-me aqui à Europa e não à América Latina, a que este fenómeno ainda não chegou.) Não se trata de um drama em si nem dum facto a lamentar. São simplesmente os passos do progresso. Temos que aceitar que amanhã os sentimentos de calor e acolhimento que temos quando estamos com gente do nosso país, os sentiremos junto de gente de outras terras. Nos habituaremos a outros gestos e outras ideias. Simplesmente, no caso português, há um drama, porque há 36 anos o povo português perdeu a sua soberania na própria terra e toda a nossa política e a nossa estratégia para a reconquistar — a Unidade e o Levantamento Nacional (o próprio nome o indica) — são uma política e uma estratégia nacionais. O tempo trabalha portanto contra nós.

As integrações multi-nacionais aparecem-nos assim como um drama porque desejávamos que antes o nosso povo ganhasse a soberania nacional que não possui.

Desejávamos que antes fosse dada aos portugueses a possibilidade de construir e realizar, segundo vontade própria na própria terra, e que denos, em todos os processos de integração futura com a Europa e com o Mundo, o nosso povo fosse representado por um governo legítimo. Sabemos que só assim o povo português poderá colectivamente contribuir com os seus méritos, na parte que lhe compete, para o futuro da Humanidade.

Sabemos que se o processo de integração europeu se efetivar antes de uma verdadeira vitória das forças progressivas contra a reacção, nós, políticos portugueses (políticos à força, na maior parte das vezes), ficaremos reduzidos a uma espécie de "Vencidos da Vida", bons para escrever memórias (memórias sem interesse, diga-se de passagem). E que, em condições de imensa inferioridade individual e colectiva, será quase só pela força dos braços que os trabalhadores portugueses serão contados pelo grande patronato europeu que os explorará.

Sabemos que os processos de integração europeus são em parte longínquos, mas que também são próximos, e que sob certos aspectos

são presentes. A Unidade e o Levantamento Nacional são a nossa política, hoje, de combate à reacção. Amanhã, estaremos integrados num meio muito mais vasto onde estaremos totalmente impreparados. Os milhares de trabalhadores portugueses que escapam através das fronteiras e que se instalam em França nas piores condições são uma imagem do nosso possível futuro; neste caso, de um mau futuro.

Haverá provavelmente tempo de ver Salazar sair, mas uma verdadeira vitória das forças progressivas não consiste na simples tomada do poder (e está longe de estar provado que a simples queda de Salazar conduza a um governo progressivo). Uma vitória das forças progressivas consiste no estabelecimento de um governo que assegure ao povo liberdade, soberania e progresso e que com as suas realizações prove capacidade e assegure a Unidade Nacional. Para isso não dispomos de muito tempo e cada dia passado é um dia perdido.

E' possível que os grandes políticos consigam estudar os problemas de um país e planificar a sua acção dum modo que se possa chamar de objectivo, agindo assim dentro de um mínimo de possibilidades de erro. Há também elementos-económicos, financeiros, sociais, etc., que devem ser estudados com método científico (e com inteligência científica) por quem queira ter autoridade em problemas políticos. Confesso pela minha parte que não é com inteira objectividade que olho os problemas políticos. E' certo que me deixo guiar pela intuição e que as minhas observações são influenciadas pelas observações. (Em política, de resto, faço uma grande confusão entre condições objectivas e subjectivas). Também não sou especialista nem em economia nem em finanças, nem em sociologia e disponho neste momento de muito poucos dados exactos sobre Portugal. Mas digo isto, afirmada a minha não objectividade e a minha ignorância em assuntos importantes (e nisto me sinto irmanado com a imensa maioria das pessoas) o que venho afirmar neste artigo é a minha impaciência (e nisto também me sinto irmanado com muitas pessoas).

Que é subjectiva a impaciência é desnecessário dizê-lo; mas se a impaciência for de muitos, é facto que deve ser tido em conta porque entre outros inconvenientes gera o desânimo. E assim, não tendo em conta a impaciência das pessoas, enquanto se pode julgar estar havendo uma acumulação de potencial revolucionário pode-se estar a dar exactamente o contrário.

Estou fora do país. No estrangeiro a impaciência gerada pela longa duração do salazarismo é acrescida pela sensação de que estamos perdendo oportunidades únicas.

E' evidente que o único caminho válido e útil é o da acção, mas a Oposição portuguesa, que gerou uma política e uma estratégia que parecem justas, ainda não elaborou uma tática que permita aos democratas de base saber onde e em que podem agir. Trata-se de um problema sem dúvida difícil, mas é o problema número um da Oposição e enquanto não for encarado e respondido, milhares de pessoas estão à espora. Politicamente à espera é assim a característica dominante da Oposição portuguesa.

Referi-me no início deste artigo a um clima de simpatia que existe na Europa a nosso respeito. Tive oportunidade de notá-lo. Mas não seria justo se não registrasse aqui a descrença em nós que também existe. A nossa política e a nossa estratégia justas não são acompanhadas por uma orientação e planificação tática conveniente. As deficiências e mesmo ausência desta anulam aquelas. Nem sequer uma preparação técnica tem sido aconselhada aos anti-salazaristas. E' como se quiséssemos ter uma selecção de futebol e os jogadores nunca treinassem porque ainda não nos considerávamos preparados para jogar futebol.

Penso que não é do estrangeiro que devam vir as principais indicações de como agir contra o salazarismo (embora algumas possam vir)

Ouvi dizer, em França, que durante a guerra, às vezes, as rádios de Londres, davam indicações disparatadas sobre como agir contra

os alemães, mas que como é evidente noutros casos, as indicações eram boas. Competia aos patriotas aproveitar as boas e rejeitar as más, e o que é importante ainda, transmitir às rádios as indicações resultantes da sua experiência, para as rádios melhorarem os seus programas.

Penso que em Portugal se deve seguir o mesmo caminho. A muito grata notícia de ter começado a funcionar uma rádio, "A VOZ DA LIBERDADE", dirigida pelas forças unidas da Oposição, abre-nos novas e importantes perspectivas. E' preciso criar um clima de apelo à iniciativa do Interior. Os elementos do interior que se movam; é preciso que sintam que a Oposição do exterior lhes dá apoio, divulgando pela rádio as opiniões e ensinamentos por eles ganhos na experiência da luta. E' preciso ainda que aceitemos que um país não se move como um comboio. Que não há um momento único, conveniente, para todas as forças revolucionárias entrarem em movimento. Há elementos, grupos, classes, desejosos de entrar em acção e agir enquanto outros estão amorfos e apáticos. Não devemos desejar que aqueles esperem por estes, porque, no futuro, podemos ter uma situação inversa.

Nem todos os momentos são bons para fazer uma revolução, mas todos os momentos são bons para preparar uma revolução, (pelo menos na situação política portuguesa actual).

E isto é um tribunal...

(Continuação da pág. 6)

mesmo discussões, mas era difícil penetrar nas suas filas, praticamente impossível para quem não fosse aceito. Mais de uma vez, fui abordado disfarçadamente por jovens estudantes de ambos os sexos que me disseram: "Empurre! Nós deixamo-lo passar. Ou então: Cuidado! Não fique de fora. Olhe que os lugares são poucos."

Não fora fácil alcançar essa confiança... Os estudantes portugueses aprenderam a desconfiar dos visitantes estrangeiros, até porque estes não são muito numerosos... E, também porque contam já algumas experiências amargas. O conhecido caso do "Investigador" do COSEC, no ano passado está ainda presente na mente de todos os dirigentes estudantis portugueses. Como resultado dos maneios do dito senhor e das suas declarações à polícia portuguesa, a qual o prendeu por motivo da sua visita à organização de Juventude fascista "Mocidade Portuguesa" e que lhes inspirou posteriormente tanta confiança, que lhe permitiam até sair para almoçar, voltando depois para prestar as suas declarações — segundo me disseram em Lisboa — vários dirigentes estudantis foram encarcerados. Um deles, Eurico Figueiredo foi torturado durante dois meses, expulso da Universidade e deportado de Lisboa pelo governo.

Quinze minutos depois da hora marcada para abertura da sala, a porta continuava fechada. Quando por fim abriram e os guardas permitiram a entrada aos estudantes em grupos de três em três, pudemos ver os motivos da demora... A metade dos pouquíssimos lugares reservados ao público estava já ocupada por agentes da PIDE, que se haviam introduzido na sala, pela porta reservada aos juizes. Para as testemunhas foi reservado mais do dobro dos lugares necessários, limitando assim a possibilidade de assistência a umas vinte pessoas, que tiveram de comprimir-se como sardinhas para poderem presenciar o julgamento tendo de sentar-se entre os agentes da PIDE, devidamente repartidos pelos bancos. Todos estes factos passaram é claro quase despercebidos, diante da presença de José Bernardino. O dirigente estudantil — detido um ano antes do julgamento, torturado durante nove dias e nove noites seguidos, sem que lhe permitissem dormir e espancado durante uma semana a fio pela polícia que lhe destruiu os olhos para o tornar ainda mais indefeso nas suas mãos — encontrava-se de pé no meio da sala, rodeado de uns sete polícias políticos portugueses, saudando com a mão erguida e um sorriso confiante os seus companheiros, como querendo expressar com esse

gesto e esse sorriso todo o seu optimismo e decisão. Passaram os 17 estudantes apresentados como testemunhas de defesa, a ocupar o seu lugar na sala das testemunhas. A principal testemunha de defesa, Vasco Vieira de Almeida, um advogado não se encontrava presente. Fora preso pela PIDE no próprio dia do julgamento.

Logo depois apresentou-se o juiz Silva Caldeira e os outros dois juizes que compõem o tribunal. O O gorducho juiz, com uma calma e complacência só admissíveis e compreensíveis em quem faz do servilismo o seu modo de vida, é já conhecido em Portugal pelo modo como conduziu os seus julgamentos. As penas são ditadas pela polícia e é ele quem as endossa. Uma vez até expulsou os advogados de defesa. Desde o início da sua actuação no julgamento de Bernardino, começou a hostilizar o público. Em primeiro lugar quis tomar medidas contra os estudantes que protestavam fora da sala, por não terem conseguido entrar. Quando começou o interrogatório do acusado, mandou-o calar de forma brutal de cada vez que Bernardino tentava explicar o seu comportamento e a sua motivação, ou responder às acusações feitas.

"O acusado disse-me que este é um tribunal fascista, que impõe um lei fascista em nome de um governo fascista" — declarou o advogado de defesa. O decorrer do processo ia demonstrar até que ponto o dirigente estudantil tinha razão. A acusação baseava-se na sua actividade — no núcleo estudantil, na sua capacidade de secretário geral da RIA e na sua filiação no partido comunista. Todas as provas existentes contra ele, limitavam-se a uma suposta confissão não escrita, segundo as afirmações da única testemunha, do facto, um membro da PIDE que disse ter Bernardino confessado após a prisão e que o Estado possuía alguns documentos comprovativos da sua filiação ao Partido Comunista e da natureza subversiva das suas actividades estudantis. Não foram apresentadas provas de qualquer tipo.

Foi apresentada ao tribunal uma declaração escrita pelo acusado, admitindo a sua filiação ao Partido Comunista Português e negando todas as tergiversações do governo sobre o caracter das actividades efectuadas pelo movimento estudantil. O juiz recusou esta declaração, deixando-a no entanto, como antecedente para um possível julgamento posterior por calúnias contra o Governo Português.

Durante todo esse período, o juiz persistiu em abafar a voz do acusado.

(Conclui no próximo número)

dos Jornalistas em nome da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal, dirigimos um apelo urgente:

Em Portugal a imprensa está submetida há 37 anos ao regime de censura prévia.

Em Portugal a profissão de jornalista não goza de um mínimo de segurança e de respeito; o jornalista não tem o direito de escolher os seus representantes profissionais. Em Portugal a imprensa estrangeira não pode circular livremente. Dirigimo-nos a Vós, Jornalistas de todo o mundo:

É preciso ajudar o povo português a conquistar o direito à informação livre.

É preciso dizer a verdade sobre o terror fascista.

É preciso dizer a verdade sobre a guerra e a opressão colonial fascista sobre os povos de Angola, Guiné, Moçambique e Timor.

É preciso dizer a verdade sobre o colonialismo português e as forças mundiais que o apoiam.

É preciso dizer a verdade sobre a luta do Povo Português pela liberdade, pela Democracia, pela Paz.

Esta é a nossa mensagem. Este é o nosso apelo."

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
Rio de Janeiro: Rua General Fedra, 215 — Telefone: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 898 - 1.º

CURITIBA — A. Ferrer —
Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte
— Caixa Postal 1.229

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Av. Visconde de Caupe, 2.853 — Ceará

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 96
— Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312
Pelotas — Rio G. do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de portugueses democratas da Inglaterra (GPDI) 4. Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopez — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay — Casilla de Correo, 2.128 — Distrito 5 — Montevideu

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovnú Urada — Jindriská, 15 — Schránká 646 — Praha

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Caixa Postal 4.469
Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 19 horas

Numero avulso .. Cr\$ 30,00
Assinatura anual .. Cr\$1.000,00
Ass. p/ o Exterior US\$ 10,00

Ano VIII - N.º 77 - Nov. - 63

O artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade



O reverso da medalha. Soldados portugueses em combate, algures no Norte de Angola. É esse o futuro que o fascismo tem para oferecer à juventude de Portugal: a promessa da morte numa guerra criminosa, contrária aos interesses do povo português.

Recrudescer a guerra colonial em Angola

Com a recente visita a Angola do presidente fantoche Américo Tomaz, pretendeu o governo fascista de Salazar dar ao mundo a impressão, no próprio momento em que se instalavam os trabalhos da Assembleia Geral da ONU, de que a "pacificação" na grande colónia africana era uma realidade. A marcha dos acontecimentos provou, entretanto, precisamente o contrário. O Governo Revolucionário de Angola no Exílio aproveitou a passagem da caravana presidencial pelo norte angolano para desencadear uma série de operações militares e de sabotagem que assinalaram o recrudescimento em larga escala da luta armada contra o colonialismo. Num dos seus últimos comunicados sobre a situação, o "bureau" de Argel do Governo do sr. Holden Roberto apresentava o seguinte panorama da situação militar:

Em Cambamba, na estrada que liga Luanda a Carmona, um contingente do Exército de Libertação atacou, de surpresa, tropas portuguesas que patrulhavam a região com vista a impedir que elementos "subversivos" perturbassem a visita de Américo Tomaz à capital angolana. No ataque pereceram 9 soldados portugueses e foi capturado um — João Miguel de Vasconcelos, mat. 1340/63; do lado dos nacionalistas registraram-se 4 mortos.

Ainda na região de Carmona, mas mais próximo da cidade de Bessa Monteiro, verificaram-se violentos recontros entre as tropas do Exército de Libertação Nacional e as patrulhas portuguesas. O balanço elevou-se a 6 soldados portugueses mortos.

Na estrada de Madimba a S. Salvador, uma viatura militar que transportava elementos do exército colonialista em direcção a esta última localidade, para reforçar as tropas que protegiam Américo Tomaz na visita que ali ia efectuar — foi destruído por minas colocadas pelo ELNA. Em vista da destruição provocada pelas minas não foi possível contar o número de cadáveres.

Em S. Salvador, a poucos metros do local onde discursava o presidente fascista, registou-se uma explosão da qual resultou a morte de 3 civis portugueses e vários feridos que foram levados para o Hospital Central de Vunda. O público, em pânico, dispersou imediatamente, enquanto o chefe fascista continuava o discurso perante uma assistência composta unicamente de soldados. Foram presos vários africanos que se encontravam no local.

Nas proximidades de Bungo, cinco soldados portugueses, aparentemente perdidos na selva, foram ter a 18 de setembro a um acampamento de tropas do ELNA. As sentinelas, julgando tratar-se de uma incursão, abriram fogo matando-os.

Na região de Quibaxe, localidades onde não se registrava qualquer operação militar de importância desde fins de 1961, houve combates que duraram cerca de 3 horas, em 19 de setembro. Segundo o comunicado da VII Guarnição do Exército rebelde, cujo raio de acção se estende até àquela parte do território, foram mortos na luta 9 soldados portugueses, registrando-se 12 mortos do lado nacionalista.

Na região de Pôrto Rico, próximo a Santo António do Zaire, ocorreu um combate particularmente violento entre milícias civis e forças do ELNA. Morreram 10 colonos e foram apreendidas armas automáticas pelos elementos nacionalistas.

Na circunscrição de Dembos, um grupo de angolanos que desertara do exército colonialista, depois de ter eliminado os oficiais e alguns

militares portugueses, juntou-se às forças nacionalistas, conduzindo consigo importante quantidade de munições e um plano das posições das tropas portuguesas na região. Este plano permitiu às forças do ELNA atacar vários acampamentos colonialistas, matando 15 soldados portugueses.

Durante a visita do "presidente" português ao distrito de Cabinda foram assinalados vários combates na estrada de Yema a Cabinda no decurso dos quais as tropas colonialistas sofreram severas perdas.

Também em Cabinda, tropas do ELNA realizam, desde há algum tempo, violentas ofensivas a partir da fronteira com o Congo, com o fim de estender as actividades do Exército de Libertação ao conjunto daquele distrito.

Junto à ribeira Dande, um comboio de tropas portuguesas caiu numa emboscada preparada pelos nacionalistas; morreram 11 soldados portugueses e caíram em poder dos nacionalistas viveres e armas.

Segundo o mesmo comunicado do GRAE, um comunicado oficial do Exército colonialista, de 22/9, referindo-se às operações atrás mencionadas, apresenta cifras falsas sobre as baixas sofridas.

O PAIGC dirige-se à ONU

Com a data de 5 de Outubro, o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde dirigiu à XVIII sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas um memorial, assinado pelo seu secretário geral, eng. Amílcar Cabral, em que apresenta provas concretas da existência da guerra colonial imposta pelo Governo de Salazar ao povo que representa. Depois de recordar que o PAIGC já submeteu à ONU, em anteriores oportunidades, propostas visando à liquidação pacífica do domínio colonial na Guiné e em Cabo Verde, o documento salienta que as resoluções adoptadas pela XVII Assembleia Geral e, posteriormente, pelo Conselho de Segurança, representam uma contribuição "política e moral eficaz para o combate libertador" em curso. Mais adiante, o memorial apresenta um relato pormenorizado dos acontecimentos verificados na Guiné e Cabo Verde, enumerando os grandes progressos realizados pela luta libertadora no primeiro daqueles territórios. Por último, sugerem-se as iniciativas que no entender do PAIGC poderiam ser tomadas pelas Nações Unidas de modo a apressar o fim da guerra colonial em curso e o acesso à autodeterminação dos povos da Guiné e Cabo Verde.

Desertor do Exército Português escapa da PIDE e fica no Brasil

O Brasil, que já tinha conhecimento, através dos telegramas das agências internacionais, do ambiente de revolta que lavra nas fileiras do Exército Português contra a guerra colonial, acaba de sentir mais diretamente a profundidade e a gravidade dos problemas colocados pelo fascismo salazarista à juventude de Portugal com a chegada, em circunstâncias dramáticas, no porão do navio, de um desertor — um moço que não queria matar nem morrer na Guiné. O caso mobilizou durante vários dias a atenção da opinião pública brasileira, ocupando as manchetes dos jornais, com largo debate na Rádio e na Televisão e suscitando inclusive uma diligência desesperada do Embaixador de Salazar no Rio, no intuito vão de que o jovem fosse entregue à PIDE.

O caso rebentou no Rio com as notícias publicadas nos jornais de 17 de outubro. A da "Tribuna da Imprensa" — e citamo-la por se tratar de um periódico que jamais hostiliza a ditadura portuguesa — resumia assim na sua edição de 26 a rumorosa questão:

O SOLDADO português João Pereira Estêves Pires, do I Regimento de Infantaria de Lisboa, disse ontem, ao juiz Geraldo Maldonado, da 5.ª Vara Criminal, que desistiu de participar da guerra colonialista na Guiné Portuguesa, depois de

nossos se lançaram à tarefa de salvar o soldado desertor. Valeram-lhes, como sempre, aqueles brasileiros eternamente amigos do nosso povo e da causa da sua libertação.

O escândalo, para desgosto da cúpula fascista da colónia, já então não podia ser evitado. A verdade vinha à tona. Ouvido pela reportagem de "Última Hora", João Estêves declarou: "Revoltei-me ao saber que na Guiné teria de matar meus irmãos africanos. Enquanto Salazar não der a independência àquele humilde povo da Guiné, a luta continuará, pois estão todos cansados de tanta exploração. Desertei por ver coisas que me deixaram enojado. Soldados quando regressam da Guiné, trazem como recordação pedaços de gente das vítimas massacradas à ordem de Salazar".

Entretanto, o dr. Adalberto Teixeira Fernandes, coadjuvado, por numerosos democratas ligados à causa da libertação de Portugal, dava prosseguimento às diligências necessárias tanto junto do Itamarati como do Ministério da Justiça. E lançando mão do recurso legal do "habeas corpus" obteve a primeira vitória tirando João Estêves da alçada da Justiça Portuguesa para o colocar sob a da Justiça

Brasileira. O despacho do, juiz Geraldo de Oliveira Maldonado, da 5.ª Vara Criminal do Rio, que deferiu o pedido de "habeas corpus" é um documento que honra a magistratura do Brasil, constituindo um verdadeiro libelo contra o fascismo colonialista de Salazar com a agravante de desmascarar as manobras da Embaixada para entregar à PIDE o moço desertor. Por incrível que pareça, o consuleiro teve o descaro de se apresentar duas vezes na prisão a fim de tentar convencê-lo a entregar-se às "autoridades portuguesas".

Seguir-se-á, agora, a segunda vitória: a concessão do asilo político, que o Itamarati não tardará certamente a decretar, já que o próprio ministro da Justiça despachou o processo em termos segundo os quais o repatriamento solicitado pela Embaixada de Portugal não poderá efectuar-se em condições nenhuma.

Esta solução deve muito à UNEB (União Nacional dos Estudantes Brasileiros) e à denúncia feita por ela não só à opinião pública, através dos jornais, da rádio e da televisão, como também junto dos órgãos governamentais.

Mais uma vez, o Brasil honrou os seus compromissos morais para com o povo português.

ULTIMA HORA

Novas prisões e um estranho relatório

LISBOA (Do Correspondente) — Causou profunda mágoa nos meios democráticos a notícia da publicação em Londres do relatório de Lord Russell (não confundir com o grande filósofo e humanista Bertrand Russell) intitulado CARCERES E PRESOS EM PORTUGAL. Não ignoravam os elementos responsáveis da Oposição que aquele cidadão britânico, convidado por Salazar a visitar os chamados "estabelecimentos prisionais", havia sido alvo de uma manobra de envolvimento e captação, com o objetivo de o persuadir a apresentar uma visão atenuada dos horrores da PIDE. Não se julgava, entretanto, que as grosseiras artimanhas de Salazar e dos seus esbirros bastassem para mistificar completamente o visitante, levando-o a acreditar em Relatório que é um amontoado de falsidades.

A dar crédito ao que afirma o sr. Russell, os presídios salazaristas seriam autênticas colónias de férias. O simples fato de as "medidas de segurança" não haverem praticamente merecido a sua atenção dá-nos, aliás, noção da levandade com que o convidado de Salazar procurou intear-se do que se passa nos sinistros cárceres da PIDE, onde a tortura faz parte da rotina.

Entre os patriotas presos a reação ao Relatório é de revolta e indignação. A afirmação de que só no Aljube as condições de vida dos presos são chocantes é comentada amargamente pelas famílias dos democratas encarcerados em Peniche, Paços de Ferreira e em Caxias, que no dizer do aristocrata britânico seria quase um local de villegiatura... O gesto de Salazar de transferir alguns presos do Aljube para outros presídios, atendendo às sugestões de Lord Russell, seria cômico se não fosse uma peça mais da engrenagem dramática da repressão.

PRISÃO DE INTELLECTUAIS

Como a Grã-Bretanha, está, graças à ação do Comité Britânico para a Anistia e do Grupo dos Democratas Portugueses da Inglaterra, bem informada sobre a estrutura e os processos de ação do Estado fascista português, a oposição democrática espera que a opinião pública britânica não se deixe mistificar por este incrível relatório. A intensidade da vaga de repressão em curso constitui, de resto, o melhor dos desmentidos oposto às conclusões de Lord Russell. Vários escritores de nomeada não sendo sequer conhecidos oficialmente os motivos dessas prisões arbitrárias. Entre eles figuram dois romancistas a quem a PIDE

e a Censura nunca perdoaram a sua identificação com as lutas do povo português: Alves Redol e Alexandre Cabral. Foi também detido o ensaísta Alberto Ferreira. Já principiaram a chegar a Lisboa apelos de entidades internacionais protestando contra essas prisões. É preciso, porém, que esses gestos ainda isolados, se transformem numa grande campanha mundial, com participação de associações de escritores, de estudantes, de sindicatos operários, etc.

Uma carta do Presidente de Cuba

No momento de fecharmos esta edição de PORTUGAL DEMOCRATICO, chega-nos a carta que abaixo reproduzimos enviada pelo presidente da República Cubana, dr. Osvaldo Dorticós:

Estimados Senhores
Tenho o prazer de acusar o recebimento da vossa carta de 31 de Agosto acompanhada de cópia da Declaração dos Democratas Portugueses da America aos Povos, Parlamentos e Governos do Continente. Informo que o nosso Governo considerará com muito interesse o pedido contido na referida Declaração. Atenciosamente, Osvaldo Dorticós.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Com. Furtado, 191, CP. 4469 — SP. Brasil
Endereços de Assinantes



ver seus patriotas chegarem do front com as orelhas e narizes arancados pelos inimigos.

Na segunda-feira, será conhecida a decisão do juiz sobre o pedido de habeas-corpus impetrado em favor da libertação do militar pelo advogado Adalberto Teixeira Fernandes, estando na dependência dessa sentença o pronunciamento do Ministério das Relações Exteriores a propósito da concessão de asilo político.

Em seu depoimento, disse o soldado João Pires que chegou ao Brasil no dia 17 deste mês, como clandestino, a bordo de um navio em que se ocultara no porto de Lisboa. Fugiu de Portugal como desertor pois não quis incorporar-se às tropas que foram lutar na Guiné Portuguesa e também porque é contrário à política do primeiro-ministro Oliveira Salazar.

Proseguindo, disse que fez a viagem de Portugal ao Brasil sem ser descoberto. Desembarcou em Recife e dali rumou para a Guanabara de ônibus. No Rio, não procurou seus compatriotas, com medo de que fossem denunciá-lo à Polícia e por isso chegou a passar fome. Decidiu, então, partir para o interior do País em busca de emprego. Embarcou, também, clandestinamente, no navio grego "Penélope", mas desta vez foi descoberto pelo comandante, quando a embarcação se encontrava em alto mar, sendo entregue à delegacia de Polícia Marítima e Aérea da Guanabara, onde se encontra detido até hoje.

A notícia era clara e mais claro ainda, para nós, era o destino reservado ao nosso compatriota se a PIDE, acobertada pela diplomacia do ditador, conseguisse apoderar-se dele e levá-lo para Portugal. O embarque para Lisboa chegou a estar marcado no pacote argentino "Corrientes".

Seria vexatória a posição da Pátria Irmã — deste Brasil generoso e acolhedor, porque é livre e democrático — frente à siglosa manobra dos carrascos do nosso povo, que aqui atuam disfarçados de "diplomatas" e de "elementos consulares", conspurcando o nome da nossa Pátria.

Imediatamente, por isso, amigos